



Coordenação da Área de Gestão e Negócios
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

ROGÉRIO DE OLIVEIRA SILVA

**O CONTROLE SOCIAL NA VISÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO SUPERIOR
DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA – IFTO CAMPUS PALMAS.**

**PALMAS
2016**

ROGÉRIO DE OLIVEIRA SILVA

**O CONTROLE SOCIAL NA VISÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO SUPERIOR
DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA – IFTO CAMPUS PALMAS.**

TCC apresentado à Banca Examinadora do CST em Gestão Pública como exigência final para obtenção do certificado de Conclusão de Curso.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Paula Karini
Dias Ferreira Amorim

**PALMAS
2016**

ROGÉRIO DE OLIVEIRA SILVA

**O CONTROLE SOCIAL NA VISÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO SUPERIOR
DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA – IFTO CAMPUS PALMAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Gestão Pública do Instituto Federal
do Tocantins – Campus Palmas,
como exigência a obtenção do grau
de tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Paula Karini Dias Ferreira Amorim
Orientador (a)
IFTO – Campus Palmas

Prof.^a Msc. Anna Paula Soares Rodrigues Araújo
IFTO – Campus Palmas

Prof.^o Me. Luciano Gomes Gonçalves
IFTO – Campus Palmas

À minha mãe, que me ensinou a viver com honestidade e dignidade e ao meu Pai Andreino (in memória) que com seu espírito guerreiro deixou um aprendizado inesquecível: valorizar a vida em companhia da família.

AGRADECIMENTOS

Sou grato imensamente a Deus, essência do amor, esperança e fé, sem Ele nada do que foi transcorrido seria possível. Grato pela sua infinita graça e bondade, e por me conceder fôlego de vida e saúde para transpor as adversidades encontradas neste caminhar.

Este projeto até encerrar-se teve a contribuição de muitas pessoas, que de uma forma ou outra modificaram o sabor do resultado final, tornando-o de um valor e significado especial. Palavras de agradecimentos não comportam tudo o que fizeram família e amigos, que de alguma maneira, propuseram a força que faltava para a finalização de mais um objetivo.

À minha mãe, Zuleide, que apesar das dificuldades sempre esteve ao meu lado, ensinou-me que com boa vontade e persistência conseguimos o que almejamos. Agradeço, a minha esposa Priscila, que nunca vacilou em me apoiar, ao contrário, sempre incentivou. À minha pequena Heloisa, pelo amor gerado em mim, me dá forças para superar os obstáculos de cada dia.

Aos meus irmãos: Johnes, André, Fernanda, Andréia, Roberto, Elisângela, Terezinha, Kátia, Shirlei, que nessa caminhada da vida nos impulsiona o desejo de sermos pessoas melhores em prol de um mundo melhor. Espelho-me muito em todos.

Agradeço a Prof.^a Dra. Paula Karini, que se prontificou em ser minha orientadora, mesmo com tantas tarefas a desenvolver. Vejo quão dedicada é no que faz: leciona com verdadeiro sentimento de transmissão do saber. Sem essa parceria, este projeto não alcançaria seu êxito.

*“Sábio é aquele que conhece os
limites da própria ignorância.”*

Sócrates

RESUMO

A predominância da supremacia do interesse público na administração pública, exige-se que os atos constituídos sejam sobrepostos ao interesse particular numa concepção de esboçar o interesse social. A sociedade, por vez, deverá ter participação no controle de tais atos. Portanto, esta pesquisa estrutura-se na análise de uma parte específica do controle público, com o propósito de sondar como os acadêmicos do CST em Gestão Pública do IFTO Campus Palmas participam do controle social em relação ao orçamento e gastos públicos. O objetivo é investigar como, com que frequência e quais canais de efetivação do controle social são utilizados pelos discentes. A contribuição, deste trabalho, será no detalhar dos principais aspectos observados pelos estudantes, em contrapartida da fiscalização e acompanhamento dos gastos e orçamentos públicos. De modo complementar pretende-se caracterizar o perfil socioeconômico dos acadêmicos, numa forma de demonstrar dados que possam explicar alguma situação relacionada a participação no controle social. A pesquisa, foi baseada no estudo bibliográfico, que serviu de fundamentação para a criação do instrumento de coleta de dados. As etapas seguintes compreenderam: a pesquisa de campo em sala de aula; análise dos dados coletados; e a demonstração dos resultados. Os resultados mostraram que não há uma participação efetiva dos estudantes no controle social da administração pública com relação ao orçamento e gastos públicos, revelou que tal controle é superficial e pouco voltado as atividades de políticas públicas, tais como: investimentos, programas e prestações de serviços públicos.

Palavras Chaves: Supremacia do Interesse público. Controle Social. Orçamento Público/Gastos Públicos.

ABSTRACT

The predominance of the supremacy of the public interest in public administration, it is required that the acts constituted are superimposed on the particular interest in design sketch social interest. Society, in turn, should have a controlling stake in such acts. Therefore, this research structure on the analysis of a specific part of public control, for the purpose of probing how academics of CST in Public Management of campus palmas of IFTO participate in the social control over the budget and public spending. The aim is to investigate how, how often and what effective social control channels are used by students. The contribution of this work, will be in the detail of the main aspects observed by the students, in return for the supervision and monitoring of spending and public budgets, in a complementary manner intended to characterize the socioeconomic academic profile, a way to show data that might explain a situation related to participation in social control. The research was based on bibliographic study, which served as the basis for the creation of data collection instrument. The next steps comprised: field research in the classroom; data analysis; and the income statement. The results showed that there is an effective participation of students in the social control of public administration regarding the budget and public spending, and also showed that the control of the exercise is shallow and facing the public policy activities, such as investment, public service programs and benefits .

Key Words: Supremacy of the public interest. Social control. Public/Public Expenditure Budget.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Gastos com obras públicas, eventos públicos, prestações de serviços ..	64
Gráfico 2 - Capacidade/preparação para atuação no controle social.....	65
Gráfico 3 - Perfil de atuação no controle social	66
Gráfico 4 - Expectativa de participação no controle social	68
Gráfico 5 - Senso crítico em relação as atividades públicas de gestão.....	70
Gráfico 6 - Temas relevantes para avaliação da administração pública	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil socioeconômico dos estudantes de Gestão Pública IFTO	49
Tabela 2 – Situação dos estudos fundamental e médio	52
Tabela 3 – Outros cursos e atividades: informática, língua estrangeira.	52
Tabela 4 – Perguntas sobre orçamento e gastos públicos.....	53
Tabela 5 – Siglas referentes ao orçamento público	54
Tabela 6 – Entendimento do processo de licitação	54
Tabela 7 – Percepção do gasto público municipal – Saúde, Segurança, Educação.	55
Tabela 8 - Acesso a sites/portais de órgãos ou entidades da administração	56
Tabela 9 - Frequência de acessos a sites/portais de órgãos ou entidades.....	57
Tabela 10 - Motivação de acesso a sites/portais de órgãos ou entidades	58
Tabela 11 - Acesso a sites de OSCIPs	59
Tabela 12 - Frequência de acessos a sites de OSCIPs	59
Tabela 13 - Motivação de acessos a sites de OSCIPs.....	60
Tabela 14 - Participação em eventos públicos nos últimos quatro anos	60
Tabela 15 – Frequência de participação nos eventos públicos	62
Tabela 16 - Motivação de participação em eventos públicos	63
Tabela 17 - Frequência de acompanhamento dos gastos públicos	64
Tabela 18 - Motivação do acompanhamento dos gastos públicos	65
Tabela 19 - Influência negativa na motivação de participação no controle social	67
Tabela 20 - Atitudes necessárias para efetivar o controle social.....	69
Tabela 21 - Motivação do acompanhamento dos gastos públicos	65

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	17
2.1	Organização Político Administrativa.....	17
2.2	Estado democrático de direito	18
2.3	Conceitos de controle – aspectos gerais:.....	20
2.6	Controle social da administração pública.....	27
2.7	Transparência pública	30
2.7.1	Transparência na Constituição Federal de 1988.....	30
2.7.2	Transparência na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	31
2.7.3	Transparência na Lei de Acesso à Informação - LAI	33
2.8	Sobre a atividade financeira do Estado.....	36
2.9	Ideias introdutórias sobre orçamento público.....	37
2.10	Dos canais de acesso ao controle social	40
2.11	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins.....	43
2.12	CST em Gestão Pública IFTO Campus Palmas	44
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
3.1	Caracterização da pesquisa.....	45
3.2	Detalhamento dos procedimentos.....	46
3.3	Contextualização e discussão.....	48
3.4	Perfil socioeconômico dos estudantes	48
3.5	Perguntas ligadas ao tema controle social.....	53
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS.....	74
	APÊNDICE A.....	78
	ANEXO A.....	86

1 INTRODUÇÃO

É difícil se analisar conceitos relacionados ao controle social, no orçamento e gastos públicos, sem antes pesquisar e conceituar os tipos de controles existentes, e como se elabora o orçamento e executa os gastos públicos. O que será feito inicialmente, neste trabalho, é identificar os tipos de controles existentes, de maneira a constatar os períodos do seu desenvolvimento no decorrer dos anos até a realidade atual. No mesmo intuito, pretende-se definir a importância do controle, numa abordagem de qual fundamentação legal e como são os procedimentos orçamentários e dos gastos públicos, para que depois, se adentre no objetivo principal da pesquisa, que é analisar como os estudantes de Gestão Pública do IFTO Campus Palmas participam do controle social em relação ao orçamento e gastos públicos, por objetivos específicos tem-se verificar o interesse pelo controle social do orçamento e gastos públicos entre os estudantes; caracterizar o perfil socioeconômico dos acadêmicos e identificar os fatores que motivam os discentes a participarem do controle social e quais canais de controle mais utilizados.

O foco deste trabalho, então, está em detalhar os principais aspectos dos estudantes com relação às suas participações no controle da administração pública, numa abordagem de quando e como é feito; e quais assuntos observados pelos mesmos, em contrapartida da fiscalização e acompanhamento dos gastos e orçamentos públicos, tendo, portanto, o seguinte tema: o controle social na visão dos estudantes do CST em Gestão Pública – IFTO Campus Palmas.

Diante desta inquietude que é o assunto, contextualizar-se-á com uma preocupação singela, pois, é observado que em vários países a desigualdade social ainda alcança muitas pessoas. E no Brasil, não muito diferente, há também, um distanciamento entre os que possuem recursos econômicos e culturais, e os que não são providos dessas oportunidades. Este tipo de problema social, dentre outros motivos, se perpetua por falta de investimento no tripé social: educação, saúde e segurança. De onde, o citado investimento, dá sustentação para a garantia de outros direitos sociais, quais sejam; conforme o art. 6º da Carta Magna: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ” (BRASIL, 1988). Portanto, o

legislador primário, ampliou o rol dos direitos sociais, com a finalidade do Estado fazer prestações em benefício da sociedade, e com isso, garantir igualdade e condições melhores de vida.

No entanto, mesmo o constituinte originário ter incluído dispositivos de proteção à dignidade do ser humano, no Brasil, numa perspectiva diferente de vários países, há um histórico de colonização derivado da escravidão, num contexto ao qual se agrava as diferenças sociais. Diante deste cenário, acentuam-se as discriminações: racial, de gênero e cultural. E mesmo com toda legislação enrijecida, contra o preconceito, o Estado não consegue arrancar as raízes que perduram camufladas no ideário social. Os efeitos da falta de divisão igualitária, aliada ao preconceito, ocasionam a falta de oportunidade e condições degradantes de vida.

O poder público, muitas vezes, não tem tido êxito no desempenho de suas atribuições estatais, seja, em diminuir as desigualdades sociais, ou nas prestações de serviços públicos de qualidade; ou com vistas ao equilíbrio econômico/financeiro de suas contas; ou nas políticas de investimento, algum fator sempre o escapa, e foge ao controle da administração pública.

Os recursos estão mais escassos, e com isso, o Estado se vê sem provimento para realizar os objetivos elencados no diploma legal federal que em seu art. 1º preceitua: “a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; (...)” (BRASIL, 1988).

Essa cidadania do inciso dois é exercida através do voto do povo, que elegem seus representantes, e tem o dever e o direito de cobrar boa governabilidade dos que ali os representarem. Todo cidadão, tem a arbitrariedade de exigir as prestações de contas dos seus representantes, estes por vez, tem a obrigação de fazer a condução da coisa pública de maneira acessível e transparente aos representados.

Mas, o que se percebe é a grande dispersão da população em torno do controle social, após votarem, os cidadãos não conseguem continuar ligados nas atividades da administração pública. Este feito facilita a ação de pessoas mal-

intencionadas, que se aproveitam da falta de acompanhamento pelos cidadãos, alcançando caminho livre para fazer manobras de desvios de recursos públicos a prejudicar toda coletividade.

É interessante saber que não se trata de uma mera escolha, dos cidadãos e principalmente dos estudantes de gestão pública, em participar do controle social, mas, o atributo da necessidade, onde o povo, que são patrono dos recursos públicos, tem o dever de cuidar do seu patrimônio. Alexandrino e Paulo (2011, p.789) destacam que,

A sujeição das atividades administrativas do Poder Público ao mais amplo controle possível é um corolário dos Estados de Direito, nos quais somente a lei, manifestação da vontade do povo, único titular da coisa pública, deve pautar toda atividade da administração pública, atividade esta cujo fim mediato deve sempre ser o mesmo: a defesa do interesse público.

A prevalência do interesse público, conforme afirmam os autores é o norteador da administração pública. A observância desse quesito, nem sempre, é o que acontece na condução da coisa pública, tem-se casos, em que o interesse particular sobressai ao interesse público. E o povo, que é o titular do direito público, ficam à mercê de governantes e gestores, que não objetivam o bem comum.

Com base nos assuntos detalhados acima é necessário expor as hipóteses da pesquisa. Para esta etapa, é interessante explanar alguns conceitos sobre os tipos de hipóteses existentes em um trabalho de pesquisa, conforme Marconi & Lakatos (2014, p.108):

“O ponto básico do tema, individualizado e especificado na formulação do problema, sendo uma dificuldade sentida, compreendida e definida, necessita de uma resposta, “provável, suposta e provisória”, isto é, uma hipótese. A principal resposta é denominada hipótese básica, podendo ser complementada por outras, que recebem a denominação de secundárias”.

Portanto, considerando a descrição dos autores e na tentativa de responder os problemas da pesquisa, definiram-se as seguintes hipóteses:

Hipótese Básica – os estudantes do curso de gestão pública, de forma geral, exercem o controle social do orçamento e gastos públicos, e focam na maioria das vezes no controle municipal devido à proximidade com as atividades desempenhadas por tal esfera do poder público. Tem-se, como pressuposto, que os estudantes que de fato exercem o controle social são dos últimos semestres do curso, uma vez que, possuem mais conhecimentos sobre orçamento e gastos

públicos e também, estão mais familiarizados com os mecanismos de buscas. Os perfis socioeconômicos supostamente são: jovem; solteiro (a); com primeira graduação; que estudaram em escolas públicas no período de formação básica. Não se procurou definir hipóteses dos perfis socioeconômicos, tais como: sexo, cor, estado de origem e outros aspectos, por não se ter um senso comum sobre as influências dessas variáveis.

Conforme a abordagem e descrição das hipóteses básicas acima descrever-se-á a seguinte conclusão com relação à hipótese secundária envolvendo os fatores de motivação:

- a) Estudantes que possuem relativo conhecimento a respeito do orçamento e gastos públicos;
- b) Estudantes que trabalham na área de contabilidade e/ou na administração pública;
- c) Estudantes que são conscientes da importância do controle social;
- d) Estudantes críticos em relação às atividades dos governantes;
- e) Estudantes com conhecimentos em informática e acesso à internet;
- f) Estudantes que tem mais facilidade no acesso às informações públicas.

A escolha do tema a envolver os estudantes de gestão pública visa permear a maneira como tais pessoas lidam com o controle social do orçamento e gastos públicos. Tal iniciativa tem contribuição à sociedade, devido trazer informações importantes dos mecanismos de buscas utilizados pelos acadêmicos, bem como, da fundamentação e dos motivos que os levam a fiscalizar os atos da administração pública.

Pode-se dizer então que, a verificação do efetivo acompanhamento pelos discentes no controle social do orçamento e gastos públicos, surgiu da curiosidade e relevância que é esse tema para a sociedade em geral e para a comunidade local, uma vez que, diante de um tempo de escassez de recursos públicos, por conta de desvios e má aplicação dos recursos públicos, é interessante ter uma análise de como é feito o controle social, na concepção de pessoas que estão se preparando para serem administradores públicos. Este feito consistirá numa melhor abertura ao tema e maior clareza na atuação dos estudantes relativa ao controle do orçamento e gastos públicos, e também, proporcionará uma melhor visualização e incitação ao exercício do controle social.

Para tanto, poder-se-á considerar, com disposição as pesquisas que objetivam o estudo da relação Estado – sociedade, a significância no seu intento, por buscar um ajustamento no convívio social, e neste caso, também, este trabalho pretende proporcionar um embasamento teórico e prático com vistas a melhorias na seara social e no curso de Gestão Pública do IFTO - Campus Palmas, por isso da escolha dessa instituição e do curso como alvos do objeto da pesquisa.

A batalha incessante, no atributo de fortalecer o controle social, vai de encontro à necessidade urgente de envolvimento social, seja por cidadãos sem prévio conhecimento ou aqueles que estudam a administração pública, esta afirmação harmoniza com o que Paludo (2015, p. 182) conceituou,

Mesmo que os cidadãos não disponham de tempo ou conhecimentos técnicos necessários para a fiscalização e o controle das contas de governo e demais informações disponibilizadas pela internet, a própria disponibilização da informação já se constitui numa espécie de controle.

Esta brevidade em relação ao amadurecimento dos mecanismos de controle, está vinculada, a limitação do controle Estatal, em virtude, a princípio, do aparato governamental não comportar acompanhar as atividades dos atos públicos em toda dimensão territorial. Por conseguinte, conclui-se que os órgãos administrativos de controle são insuficientes para fiscalizar todas as obras e serviços desempenhados na administração pública, seria necessário, portanto, um aumento significativo de servidores, bem como, uma pretenciosa reestruturação física, ou seja, a solução não se contemplaria num ajustamento simples.

Diante desta problemática, é imprescindível o alinhamento social no controle da administração pública, pois, a partir deste, desencadeia-se a atuação do controle Estatal, assim, haverá mais efetividade na aplicação dos recursos públicos, e possivelmente se inibirá ou dificultará ações de possíveis fraudadores da administração pública. Desta forma, os recursos chegariam aos destinos finais, que são as prestações de serviços públicos de qualidade, proporcionando benefícios a toda sociedade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Organização político - administrativa:

Ao analisar a organização político - administrativa, verifica-se que o constituinte de 1988 procurou descrever a estrutura em que está compreendido o Estado Brasileiro, para tanto, definiu que a República Federativa do Brasil é composta pelas entidades políticas, tal como se vê no art. 18 da Carta Magna, “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988)”.

A autonomia referenciada é conferida aos entes políticos, entre outras, devido os mesmos possuírem a prerrogativa de legislar, e também, por nenhum ente se subordinar ao outro juridicamente, neste contexto, há liberdade de atuação dentro das competências atribuídas pela Constituição Federal. A constatação anterior é embasada no que Alexandrino e Paulo (2011, p. 22) afirmaram,

Entidades políticas, pessoas políticas, ou entes federados são os integrantes da Federação brasileira, caracterizados por possuírem autonomia política. Simplificadamente, pode-se dizer que a autonomia política é traduzida pela capacidade de auto-organização (elaboração das próprias Constituições ou Leis Orgânicas) e, sobretudo, pela possibilidade de legislar, mais precisamente, de editar leis com fundamento em competências próprias, diretamente atribuídas pela Constituição da República.

Quanto ao relato de nenhuma vinculação hierárquica entre as forças políticas, Alexandrino e Paulo (2011, p. 14) predisseram, “não existe subordinação, isto é, não há hierarquia entre os diversos entes federados no Brasil. A relação entre eles é caracterizada pela coordenação, tendo, cada um, autonomia política, financeira e administrativa”.

Sendo assim, para ampliar a concepção de estrutura do Estado, nos dizeres de Lenza (2011, p. 377), “a organização administrativa do Estado está fundamentada em três maneiras: forma de governo, sistema de governo e forma de estado”.

A primeira forma, declarada pelo autor, compreende a noção de república e monarquia, em termos mais claros, significa que quando o Estado estiver sobre a prevalência da república, existirão princípios democráticos, como do voto e

permanência temporária dos governantes, sob este aspecto detalhar-se-á em um tópico específico. De outro lado, no Estado em que exista a monarquia haverá um único comando de governo e não prevalecerão os princípios democráticos, sendo, muitas vezes a transmissão do poder através da hereditariedade.

Na menção a sistema de governo, este, remete aos conceitos de presidencialismo e parlamentarismo, o primeiro é o adotado no Brasil, tem forte relação com a democracia, pois, ocorrem que o poderio de governança é duplicado a uma única pessoa, as funções de chefe de Governo e de Estado, que possui mandato temporário. Em vista ao parlamentarismo, uma diferença crucial está que não há acúmulo de funções pelo chefe do executivo, uma função é exercida pelo primeiro ministro.

Na percepção da forma de Estado, ocorre a divisão em unitário ou federado, que no último caso é caracterizado pela junção de Estados a primar numa entidade soberana, para ampliar tal afirmação Alexandrino e Paulo (2011, p. 13) constataram o assunto,

A partir da organização política do território, surge a noção de Estado unitário e de Estado federado (complexo ou composto). Caso no território haja um só poder político central, teremos o chamado Estado unitário; caso no mesmo território coexistam poderes políticos distintos, estaremos diante do chamado Estado federado (complexo ou composto).

No contexto, da organização político - administrativa, surge o princípio da democracia e o viés ao exercício do controle social, neste intuito procura-se desenvolver tal assunto no próximo tópico.

2.2 Estado democrático de direito

A noção de Estado de direito perfaz uma série de conceitos, dentre eles o da democracia, pelo qual volta-se para a concepção de república, ao qual estrutura-se na organização do Estado, portanto, existe a ligação deste com a sociedade num fundamento e objetivo comum. Para Carranza (2014, p.365),

Estado e sociedade formam, numa democracia, um todo indivisível: o Estado, cuja a competência e limites de atuação estão definidos precipuamente na Constituição deriva seu poder de legislar e de tributar a população da legitimidade que lhe outorga a cidadania, via processo eleitoral. A sociedade, por seu turno, manifesta seus anseios e demandas por canais formais ou informais de contato com as autoridades constituídas.

Feita esta introdução, neste tópico, pretende-se detalhar as particularidades do Estado democrático, segundo Sundfeld (2009, p. 38),

a vinculação do Estado à lei, para ser efetiva, exige que dentro dele, uma mesma autoridade não seja incumbida de fazer a lei e de, ao mesmo tempo, aplicá-la. Caso contrário, ao fazer a aplicação, poderia alterar a lei anteriormente feita. Ainda: necessária a presença de outra autoridade, também diversa das demais, para julgar as eventuais irregularidades da lei e de sua aplicação.

Essa dissociação nítida entre os que fazem, executam e controlam as leis, conforme prediz o autor, refere-se à separação dos poderes, onde há a interferência na atuação do outro até o limite que a lei conferir. A construção de um Estado democrático vai além do simples atendimento social, perpassa por uma visualização de mútua cooperação entre as partes, em que haja o controle de um poder sobre o outro, conforme esclarece Sundfeld (2009, p. 38),

De outro lado, essa separação não pode ser mudada pelo legislador, através de lei, pois, do contrário, bastar-lhe-ia exercer sua atividade (legislar) para anular o poder do administrador e do juiz. Também, os indivíduos não teriam direitos oponíveis ao próprio Estado se este pudesse suprimi-los através de lei.

Em consonância com o que foi retratado acima, o Estado de direito se vincula com o processo democrático, instituído na Constituição Federal de 1988, pois, a responsabilidade de controle da administração pública passou a integrar, não somente os órgãos de fiscalização, os governantes e administradores públicos, mas, se estendeu a toda sociedade e cidadãos. Neste caso, é através do controle dos atos públicos e da participação efetiva na administração pública que se promove e vivencia a democracia. Assim, pode-se concluir na determinação de Sundfeld (2009, p. 38) que,

Estado de Direito como o criado e regulado por uma Constituição (isto é, por norma jurídica superior às demais), onde o exercício do poder político seja dividido entre órgãos independentes e harmônicos, que controlem uns aos outros, de modo que a lei produzida por um deles tenha de ser necessariamente observada pelos demais e que os cidadãos, sendo titulares de direitos, possam opô-los ao próprio Estado.

Com base no assunto enunciado anteriormente, vale dizer que o controle de uns sobre os outros encontra respaldo no que se chama de freios e contrapesos, e a materialidade dos direitos dos cidadãos se manifestam com base na Constituição Federal de 1988, que instaurou o regime democrático no ordenamento jurídico.

De tal regime, origina-se a democracia que é um direito do povo, que o formaliza através da liberdade do voto e escolha dos seus representantes. Conforme observa Neto (2014, p.146) sobre o princípio democrático,

Este princípio se refere à forma de governo adotada por um Estado, seja republicano ou monárquico, em que se conheça no povo a origem do poder, entendendo-se por povo a parcela dos membros da sociedade aptos a manifestar a vontade política primária (...).

De acordo a definição do autor, o verdadeiro titular do poder estatal é o povo. Mas, nem sempre o que está em teoria é o que acontece na realidade. Esse pressuposto, diz muita coisa em relação à governabilidade no estado brasileiro, o que se verifica muitas vezes na prática, são os cidadãos à margem do controle público; acabam se tornando vítimas de seu próprio poder, uma vez que, muitos de seus representantes utilizam o poder lhes conferidos em benefício próprio.

A atuação estatal em benefício da coletividade é o alicerce para o Estado democrático de direito. Os cidadãos ao legitimarem seus votos, apenas transferem algumas atribuições aos seus representantes, mas nunca, a titularidade da coisa pública. Portanto, cada cidadão tem a liberdade de cobrar dos seus governantes, pois continuam sendo detentores do direito público.

Seria interessante relembrar, portanto, que o presente trabalho busca esclarecer a relação do controle social na concepção da sociedade para com o Estado, e não o contrário.

2.3 Conceitos de controle – aspectos gerais:

A definição de controle é bem ampla, mas, o que se pode destacar é que o mesmo serve como um mecanismo de mensuração e diagnóstico, e quando se faz nas atividades, instiga que estas sejam monitoradas de forma a possibilitar ações de correções. Em síntese, para Carranza (2014, p. 236) “o controle, que serve para que todas as coisas funcionem da maneira certa e no tempo certo”.

A autora esboça de maneira interessante o presente conceito, pois, ao evidenciar falhas e erros nas atividades ou ações, propicia-se que haja outra ação planejada de correção. Outras vezes, com o monitoramento, se evita que algo saia da direção do que fora planejado, com isso, diretamente, colabora-se para que as realizações das coisas se façam da forma correta. Quando uma ação ou atividade

está fora de um padrão, através do controle é possível constatar o desvio, e, por conseguinte, praticar atos com foco na reparação.

Tal mecanismo pode ser adaptado e aplicado a todos os tipos de atividades e ações, pois, o controle envolve todo o processo organizacional. Neste caso, a referência será em observar e analisar os resultados na confrontação com os objetivos pretendidos. De acordo com Maximiano (2000, p. 456),

Controlar, em essência, consiste em manter um sistema dentro de um padrão de comportamento, com base em informações contínuas sobre o próprio sistema e o padrão de comportamento. O padrão representa o critério de avaliação do desempenho do sistema.

Pela definição de Maximiano, para que exista o processo de controle é necessário se substanciar de informações, para que, com essas ferramentas se consiga analisar e confrontar com um modelo ou padrão. Por isso, é de suma importância que os estudantes e cidadãos conheçam as atividades da administração pública, relacionadas principalmente ao orçamento e gastos públicos e compreendam, portanto, as leis básicas relacionadas às matérias orçamentárias e gastos públicos.

Para Carranza (2014, p. 236), “as organizações precisam do controle em suas várias atividades para saber se estão no caminho correto e de acordo o que foi previamente estabelecido no planejamento. ”

Neste caso, é como uma espécie de termômetro, pelo qual possibilita a investigação e comparação com um modelo. O controle, conforme explica a autora, disponibiliza as organizações que revejam suas atividades e operações, para que, por conseguinte, possam conduzir suas funções conforme o planejamento.

2.3.1 Princípios e controle na administração pública

O controle na administração pública tem o foco bastante diferenciado da administração privada. Toda atuação do poder público, deve seguir princípios que estão nas leis, a direcionar suas ações no cumprimento da lei; não podendo, portanto, se desviar dos aspectos legais sob pena de responsabilização. Nessa intenção, a administração pública deve ser gerida e pautada na lei, e no controle de seus atos de forma a cumprir seus planos, e sempre na observância dos seus

princípios, em prol da sociedade, que é o objetivo fim de toda atuação da administração pública.

O art. 37 da Carta Magna estabelece que: “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]” (BRASIL, 1988).

Os princípios elencados na constituição são todos importantes, nenhum anula ao outro, cada um dos princípios tem o seu papel na orientação das ações da administração pública. Porém, existem dois princípios que são primordiais para o objetivo fim do controle da atuação pública, são os da legalidade e publicidade, ambos têm relações diretas com o monitoramento da administração pública e vinculação ao Estado primário do direito, para Alexandrino e Paulo (2011, p. 189),

O princípio da legalidade é o postulado basilar de todos os Estados de Direito, consistindo, a rigor, no cerne da própria qualificação destes. (o Estado é dito “de Direito” porque sua atuação está integralmente sujeita ao ordenamento jurídico, vigora o “império da lei”).

Na citação de Carvalho (2015, p. 69) o princípio da publicidade se evidencia,

Trata-se de premissa que proíbe a edição de atos secretos pelo poder público, definindo a ideia de que a Administração deve atuar de forma plena e transparente. A administração não age em nome próprio e por isso nada mais justo que o maior interessado, o cidadão, tenha acesso ao que acontece com seus direitos.

Com a observância desses dois princípios, a administração da fundamentação legal e transparência aos seus atos, que por vez, propicia com a publicidade de seus atos, insumos para que os cidadãos acompanhem e fiscalizem através dos mecanismos de participação popular.

2.3.2 Controles conforme a origem

2.3.2.1 Controle Externo

Dos mecanismos de controles, há o controle externo instituído na Constituição Federal de 1988, do qual um poder exerce o controle dos atos de outro. Dessa abordagem se extrai as formas e maneiras de atuação dos órgãos

responsáveis e competentes para o exercício da fiscalização e do controle externo. No art. 70. do referido diploma legal estabelece que,

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder” (BRASIL, 1988).

Note que houve uma ampliação dos princípios instituídos no art. 37, na abrangência de outros aspectos como o da legitimidade e economicidade, igualmente importantes. O auxílio no exercício do controle externo também foi determinado pela Carta Magna de 1988, ao qual instituiu um órgão técnico como o Tribunal de Contas para atuação conjunta e de suporte ao legislativo.

No art. 71 preceitua que: “o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União [...]” (BRASIL, 1988). É de suma relevância observar que mesmo o Tribunal de Contas sendo um auxiliar do Legislativo no exercício do controle externo, aquele não se subordina de maneira alguma a este, de forma a ter autonomia na sua atuação como órgão fiscalizador.

De forma semelhante, a constituição estendeu a competência do controle externo aos legislativos: Municipais e Estaduais, fazendo-se as adaptações conforme necessário e no que couberem.

O art. 31. da Carta Magna estabelece que: “a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.” (BRASIL, 1988).

Portanto, foi dada através deste artigo constitucional, a competência do controle externo aos representantes do povo. Cabe a este exercer diretamente o controle externo, influenciando significativamente nas decisões dos outros poderes. O Legislativo ao possuir tal prerrogativa, assume uma importante função dentro da administração pública, pois, em parte é através deste exercício: o do controle externo, que se busca o caminho para a boa condução da administração pública.

2.3.2.2 Controle Interno

Dentro de cada poder, a Constituição determinou outro mecanismo de controle: o interno. Neste, o controle é exercido dentro do mesmo poder ao qual tem o dever de observar e alertar quando oportuno o controle externo. O art. 74. da Carta Magna estabelece que: “os Poderes Legislativos, Executivo e Judiciário manterão de forma integrada, sistema de controle interno [...]” (BRASIL, 1988).

A integração e complementação dos controles são necessárias para o funcionamento da gestão pública. O que a Constituição introduziu, com o controle interno, foi a possibilidade de a administração pública identificar e corrigir possíveis desvios; antes mesmo que alguma ação ou ato praticado em desacordo tome proporção a causar maior impacto.

2.3.2.3 Controle Judicial Exercido pelo Poder Judiciário

O controle judicial a cargo do Poder Judiciário está instituído no ordenamento jurídico no art. 5º, inciso xxxv, da carta magna, onde: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. (BRASIL, 1988). O controle em questão se inicia com a provocação do interessado, ou seja, não é de ofício. É necessário mover uma ação judicial para que esse tipo de controle se efetive.

O controle judicial é enquadrado como posterior, de acordo com a doutrina predominante, neste, o controle se dará depois da prática do ato. A atuação do Poder Judiciário, no controle judicial, se faz em relação aos atos administrativos emanados pelos poderes: Executivo e Legislativo. Os atos praticados nas atividades administrativas do próprio Poder Judiciário, também, podem ser objeto de controle judicial.

O controle judicial visa averiguação da legalidade do ato, e caso, se constate que o ato praticado foi ilegal, anular-se-á judicialmente. A revogação, que é somente para atos legais, não é um preceito de verificação do controle judicial, pois o ato legal poderá ser revogado por motivo de conveniência e oportunidade. Esse é o chamado mérito administrativo, em que o judiciário não tem competência de revogar um ato de outro Poder. Mas, não obstante, o judiciário poderá apreciar qualquer ato.

2.4 Controles em relação ao tempo do exercício

2.4.1 Controle prévio ou preventivo (a priori)

Para Alexandrino & Paulo (2011, p.794) “diz-se prévio o controle quando exercido antes do início da prática, ou antes, da conclusão do ato administrativo, constituindo-se em requisito para a validade ou para a produção de efeitos do ato controlado”.

Este tipo de controle tem a função de prevenir a ocorrência de qualquer vício ou ilegalidade, antes mesmo que o ato se inicie ou conclua. De maneira efetiva, contribui para que a administração mantenha um controle já no começo da ação, ou antes, da conclusão de um ato. Essa medida possibilita menores gastos com possíveis falhas ocasionadas pela efetivação do ato, evitando o reparo ou correção decorrente de um ato mal planejado.

2.4.2 Controle concomitante

O controle, neste caso, é efetuado no momento da execução do ato, dando a possibilidade de verificação e reparação de algum vício ou ilegalidade no momento da realização do ato. Essa medida de controle se torna primordial em várias situações. Para Alexandrino & Paulo (2011, p. 795) “são exemplos de controle concomitante a fiscalização da execução de contrato administrativo, a realização de uma auditoria durante a execução do orçamento, o acompanhamento de um concurso pela corregedoria competente”.

Outro exemplo interessante foi à aplicação do exame nacional do ensino médio - ENEM, que já foi objeto de fraudes em edições anteriores ao ano de 2015. A administração pública, mais precisamente o Governo Federal, organizou um esquema de controle¹ na aplicação das provas de 2015, envolvendo a polícia, o uso de detectores de metais, cruzamento de informações entre os que fizeram o exame e os fiscais de sala. O objetivo foi o controle durante a execução da aplicação das provas, de maneira a evitar o cancelamento do exame por conta de fraudes ou outra irregularidade. Tal medida proporcionou uma economia de gastos, pois se evitou

¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/enem-2015-tera-detector-de-metais-em-todos-os-banheiros-de-escolas.html>> acesso em 24 ago. 2016. E disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-10/policia-federal-faz-cruzamento-de-dados-para-evitar-fraudes-no-enem>> acesso em: 24 ago. 2016.

fraudes na aplicação das provas evitando a aplicação de novas provas por conta desse fato.

2.4.3 Controle subsequente ou corretivo

O controle posterior é realizado após a prática do ato. Devido várias circunstâncias na administração pública, seja pela falta de estrutura dos órgãos de controle ou outro motivo, muitas das vezes, o ato administrativo não é controlado antes, nem no momento, mas sim, depois. Esse tipo de controle, algumas vezes não é eficiente, uma vez que, em alguns casos, poderá dar margem a contestações e reparações, caso haja danos a outrem, tornando assim, prejuízos aos cidadãos e a administração pública. Para Alexandrino & Paulo (2011, p.795),

é oportuno observar que, embora seja usual a doutrina utilizar a expressão “controle posterior” ou de “controle subsequente”, a verdade é que o controle posterior não se presta somente a corrigir um ato com algum defeito. De fato, na hipótese de revogação, o controle extingue um ato plenamente válido, porém inoportuno ou inconveniente. Ademais, em muitos casos o controle posterior simplesmente confirma, certifica, atesta a regularidade do ato praticado (como ocorre nas homologações e ratificações, por exemplo).

Note-se, que os autores ampliaram a concepção do controle posterior, ressaltando que o mesmo, se aplica nos casos de revogação, em que há o julgamento de mérito sobre conveniência e oportunidade. Serve também, para consubstanciar a legitimidade do ato. Em ambos os casos, pode-se frisar que o interesse sempre será o público, e por isso, a administração pública pode usar desse artifício onde ela mesma pode fazer o controle dos seus próprios atos.

2.5 Controle em relação ao foco

2.5.1 Controle de legalidade

O controle de legalidade é a análise da atuação do servidor, gestor público ou agente político, em relação à observância da lei. Busca-se a comparação das ações efetivadas na administração pública com os diplomas legais.

Pode-se citar como exemplo: a constatação da legalidade na publicação de um edital de licitação com prévia antecedência. Para Alexandrino & Paulo (2011, p.795),

“Ressalte-se que o controle de legalidade ou legitimidade não verifica apenas a compatibilidade entre o ato e a literalidade da norma legal

positivada. Devem, também, ser apreciados os aspectos relativos à obrigatória observância do ordenamento jurídico como um todo, mormente dos princípios administrativos, tais como o princípio da moralidade ou o da finalidade (impessoalidade)”.

Como se percebe da expressão dos autores, o controle de legalidade é muito mais amplo, pois a regra é o agir da administração pública conforme os ditames da lei. Porém, há circunstâncias em que a ação da administração está de acordo com a lei, mas, contraria algum princípio, como exemplo já citado pelos autores: moral ou da finalidade. A noção dos tipos de controles abordados neste tópico, tem estrita relação com o controle social da administração pública, a seguir descrever-se-á a maneira ao qual é esta inter-relação.

2.6 Controle social da administração pública

As ações de fiscalização e controle dos atos públicos pela sociedade, na maioria das vezes ocorrem de forma posterior as atividades da administração pública, sendo classificado como a posteriori. Existe, porém, conforme já esclarecido no item anterior, o chamado controle a priori, que no caso do controle social, citar-se-á o caso das eleições que culminam com as escolhas dos representantes públicos. Neste preâmbulo de vinculação dos temas aos tipos de controles, surge a necessidade de adentrar na definição e explicação dos pressupostos de validação do controle social. A participação social na administração pública, fundamenta-se em vários diplomas legais, desde a Constituição Federal de 1988, a leis infraconstitucionais, que por ora, já foram citadas algumas neste trabalho. O controle social, portanto, se evidencia de alguma maneira, na importância do acompanhamento, por parte dos cidadãos, das atividades públicas a cargo do Estado e de seus agentes. Conforme entendimento, retirado da publicação Coleção Olho Vivo, de 2012, da Controladoria Geral da União – CGU com o título: Controle Social. Destaca-se (2012, p.16):

O controle social pode ser entendido como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania.

As perspectivas de controle social, pelos cidadãos, se materializam de várias formas, seja na observação dos atos públicos, nas ações e prestações de serviços públicos.

Não é simplesmente um único fator agregado, envolvem uma atitude planejada e organizada, e mais do que isso, continuada. A fluência e envolvimento dos cidadãos na gestão pública, vão além da ordem e aspecto legal. O papel de cidadão, fiscalizador e controlador, das atividades da administração pública, consubstanciam com sua dignidade como ser humano. Estes, muitas vezes se veem sem provimento de uma prestação por parte do Estado, que fere diretamente sua dignidade, exemplos: falta de serviços essenciais de saúde e segurança pública.

No entanto, mesmo com toda legislação instituída, a fixar as bases para o exercício do controle social e dar direito ao acesso à informação, ainda existem vários problemas na concretização da participação popular. A percepção é que a administração pública não evoluiu em muitos aspectos, não deixou à velha ou nova roupagem patrimonialista. É interessante fazer uma observação, com relação à prestação de contas, de muitos dos governantes públicos, conforme afirmam Figueiredo e Nóbrega (2002, p. 321):

“Os governos devem prestar contas à sociedade, e têm que prestar contas de sucessos e fracassos. Tem-se observado como prática comum dos governos promover as “boas notícias”; no entanto, tudo que é considerado ruim, só é divulgado através da imprensa, que divulga as notícias muitas vezes como escândalo, concorrendo em muitos casos para enfraquecer a governabilidade...”.

A afirmação demonstra a realidade, de uma série de casos, da administração pública atual. A habitualidade de ofuscar o que não vai bem, e a tentativa de burlar os mecanismos de controle, enfraquece o aparelho Estatal. Os atributos que fundamentam e legitimam os atos de um gestor público derivam da lei. O outro aspecto, também extraído da lei, que fortalece e consolida sua forma de gestão, chama-se: transparência. Para isso, é preciso mudar o conceito e a concepção de gestão pública, os papéis dos governantes públicos e os da sociedade devem estar alinhados no propósito comum.

Para Moreira (2016, p. 95), “a transparência e a disponibilização da informação do setor público consagram dois grandes objetivos: atacar a corrupção e propiciar o aprimoramento das ações estatais”.

Por isso que diante da ocultação de práticas levianas na gestão da administração pública, a sociedade, que poderia contribuir na fiscalização e combate

à corrupção, de alguma forma, encontra-se prejudicada, com informações distorcidas da realidade.

Para os autores Figueiredo e Nóbrega (2002, p. 321): “abrir diálogo com a sociedade, inclusive acerca dos fracassos, é função básica do gestor que pretende consolidar um país justo e democrático”.

Essa concepção retrata a boa intenção de um administrador público, que desvirtua de tudo que é pessoal, e que pensa na coletividade. Mostrar o que não está bom, proporciona grande transparência da gestão, e evidencia um amadurecimento, de maneira a fomentar o aprimoramento da gestão pública. Com respeito a transparência no serviço público para Moreira (2016, p. 95) “a noção de transparência pode ser definida de forma simples: os atos do setor público devem ser de domínio público”. Esta ideia geral respalda-se na lei e moraliza a gestão pública.

Os ganhos, advindos com o controle social da administração pública, são incontestáveis, pois a sociedade mobilizada, na efetiva participação social, através de canais abertos de sugestões, oferecendo soluções para problemas, mostrando saídas (que outrora não seria possível sem sua participação) à gestão pública. Portanto, dando suporte aos órgãos de fiscalização, com denúncias de irregularidades constatadas. Para Carranza, (2014, p. 375) “É importante o papel do cidadão no processo, considerando que o verdadeiro controle do Governo, o controle efetivo, é consequência da cidadania organizada(...)”.

Num contexto, em que os recursos são finitos na administração pública, é necessário um maior rigor no controle. O benefício de se ter um cidadão exercendo esse controle, para a sociedade em geral, se mostra além do individual, mas, de uma maneira pluralista. Para fundamentar, a ideia de participação da sociedade, no efetivo exercício do controle social, remete-se aos autores Figueiredo e Nóbrega (2002, p. 321): “(...) a sociedade pode e deve ser chamada a participar e assumir responsabilidade compartilhada pela gestão pública, através de diversos mecanismos de diálogo e interação Estado - sociedade (...)”.

Várias são as formas de interação e participação popular no exercício do controle social; audiências públicas, conselhos, orçamentos participativos,

acompanhamentos individuais, da administração pública, através de verificação em órgãos ou por meio da internet.

Pode-se destacar, também, conforme Figueiredo e Nóbrega (2002, p. 321): “(...) um meio de abertura para a sociedade participar dos atos de governo e que tem se difundido no Brasil são as ouvidorias (...)”. Nessa forma controle, os governos abrem oportunidades para a sociedade, num mecanismo, de ouvir o cidadão em suas queixas, denúncias e sugestões.

Outras formas de efetividade do exercício do controle social, segundo entendimento, retirado da publicação Coleção Olho Vivo, da Controladoria Geral da União – CGU com o título: Controle Social. Destaca-se (2012, p.24):

Mesmo sem participar dos conselhos, cada cidadão ou grupo de cidadãos, isoladamente ou em conjunto com entidades ou organizações da sociedade civil, pode ser fiscal das contas públicas. Cada um desses atores sociais pode, por exemplo, verificar se o município, o Distrito Federal, o estado e a União realizaram, na prática, as obras das escolas conforme previsto ou se os valores das notas fiscais e valores das compras e obras realizadas são compatíveis com os preços de mercado.

Detalham-se pontos da Coleção olho vivo, quanto ao controle social dos gastos públicos. Na publicação se esclarece que (2012, p. 24),

“o cidadão também tem o direito de ter acesso aos processos de compras e ao conteúdo dos contratos celebrados pela Administração Pública, podendo acompanhar, por exemplo, a sessão pública de julgamento de propostas em uma licitação”.

Nesta situação, caso constatado alguma irregularidade no processo licitatório, o cidadão, poderá fazer denúncias aos órgãos competentes. Na maioria das vezes será, aos órgãos de controle, como os Tribunais de Contas.

Por fim, conclui-se esta parte do trabalho com a citação de Paludo (2015, p.182) “a transparência das ações públicas constitui elemento essencial para aumentar a confiança e a cooperação entre a sociedade e o governo”. Neste caminho, abre-se a fundamentação do próximo tópico.

2.7 Transparência Pública

2.7.1 Transparência na Constituição Federal de 1988

O termo transparência encontra-se arrolado numa roupagem diferente na constituinte de 1988, pois está respaldado no princípio da publicidade. Este princípio

modifica as expectativas que envolvem a administração pública, onde, como regra, todos os atos são divulgados. A publicidade dos atos administrativos faz com que os mesmos cumpram seus papéis a que se propõem fazer, nessa observação, transcrever-se-á um trecho da definição de Alexandrino e Paulo (2011, p. 197) com relação à eficácia dos atos administrativos,

O princípio da publicidade também apresenta uma dupla acepção em face do sistema decorrente da constituição de 1988, a saber: a) exigência de publicação em órgão oficial como requisito de eficácia dos atos administrativos que devam produzir efeitos externos e dos atos que impliquem ônus para o patrimônio público.

Portanto, a observação que se faz, em primeiro lugar, em verificação ao termo publicidade, é que este se remete ao exercício da prerrogativa constitucional fundamental elencada na constituição federal de 1988 de forma nitidamente expressa. Daí se abstrai a seguinte conclusão, por ser expresso, entende-se que é muito importante, por isso, que a não publicidade de algum ato da administração ao qual deveria ter sido, provoca a imperfeição de tal ato. Segue nova transcrição de Alexandrino e Paulo (2011, p.197),

A rigor, não se pode dizer sequer que o ato já esteja inteiramente formado (perfeito) enquanto não ocorre a sua publicação, nas hipóteses em que esta é obrigatória, vale dizer, o ato que obrigatoriamente deva ser publicado é um ato imperfeito (não concluído) enquanto sua publicação não ocorre.

Exercer a interação necessária à materialização do ato significa no sentido de atestar sua inclusão no mundo jurídico de maneira a resguardar, restringir, sempre respeitando o princípio da publicidade, ou seja, o que não é protegido por lei por ser assunto sigiloso deve ser publicado. Adiante abordar-se-á duas importantes leis que culminam com o fortalecimento da transparência pública, e como decorrência desta a melhoria das participações no controle, são elas: lei de responsabilidade fiscal e lei de acesso à informação.

2.7.2 Transparência na Lei de Responsabilidade Fiscal

A Constituição de 1988 foi o alicerce, as bases para a cultura de transparência na administração pública, e com isso, a responsabilidade e transparência na gestão dos recursos públicos, fundamentada na constituinte, tomaram novos rumos com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000. Os pressupostos para a elaboração da Lei de

Responsabilidade Fiscal, portanto, encontram-se na Constituição da República de 1988, art.163 e art. 169,

Lei complementar disporá sobre: I. finanças públicas; II. dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público; III. concessão de garantias pelas entidades públicas; IV. emissão e resgate de títulos da dívida pública; V. fiscalização financeira da administração pública direta e indireta; VI. operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; VII. compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional. (BRASIL, 2000).

No art. 169 da Carta Magna, incube a Lei de Responsabilidade Fiscal o trato em relação às despesas com recursos humanos ou de pessoal. “A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar” (BRASIL, 2000).

Esta lei está estruturada em quatro princípios básicos de gestão: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização.

O planejamento é matéria primordial de qualquer ação estatal. Através do planejamento, se organiza os objetivos e relaciona as estratégias necessárias para a realização da ação.

No princípio da transparência, a ideia é a divulgação dos atos públicos, ao maior número de pessoas e órgãos de fiscalização, tornando o acesso às informações públicas disponíveis. Na Lei de Responsabilidade, este instituto se vincula, entre outros; a publicação de anexos de metas fiscais, utilização de meios eletrônicos para disponibilização da informação pública referentes às prestações de contas dos governantes públicos e das leis orçamentárias e das atividades financeiras do Estado. A lei, também, obriga o Poder Executivo a demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, viabilizando a informação a cada quadrimestre. O embasamento legal está detalhado no art. 48 da Lei de Responsabilidade,

são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. (BRASIL, 2000)

As formas de publicações dos documentos, em versões simplificadas, objetivam dar maior clareza na gestão dos recursos, envolvendo o orçamento e a gestão fiscal, a viabilizar que pessoas, sem muito conhecimento técnico acompanhem tais atividades.

Os aspectos relacionados ao controle estão detalhados em tópico específico no corpo deste trabalho, e com referência a responsabilização mostra-se importante destacar o que Paludo (2015, p. 158) observou, “(...) um dos objetivos dos regimes democráticos é aumentar a responsabilização dos governantes”. Para tanto, verifica-se que num Estado democrático a responsabilização é essencial para que haja uma maior efetividade na atuação Estatal, desta forma, tem-se a condução da administração pública alicerçada no controle, com consequente punição para atitudes desconexas com a legalidade e com outros princípios norteadores da administração pública.

Por último, no tópico seguinte e numa sequência cronológica de surgimento, esboçar-se-á os aspectos da Lei de Acesso à Informação, que é um importante instrumento que especifica e esclarece os métodos e meios de acesso à informação pública.

2.7.3 Transparência na Lei de Acesso à Informação - LAI

As sociedades atuais estão cada vez mais interligadas através dos meios de comunicação. Com isso, a informação está sendo difundida com mais precisão e em tempo real, sendo, determinante em todas as áreas, seja na iniciativa privada ou pública. Devido à facilidade na disseminação da informação, a administração pública brasileira, perpassa por uma era de transparência, onde leis foram aprovadas; no intuito da administração pública fazer uso das ferramentas disponíveis de forma a transparecer seus atos ao público. Com isso, a sociedade e os cidadãos têm maiores chances de acompanhar/participar e controlar o que é feito na administração pública, sendo, também de alguma maneira um gestor/fiscalizador detentor de direitos e deveres.

No entanto, com toda a divulgação dos atos públicos, ainda existe casos e mais casos de corrupção e desvios de dinheiro público que se alarma e espalha como um câncer seja; por falta de divulgação/transparência dos gestores dos

recursos públicos ou por falta de acompanhamento da população/ sociedade e órgãos fiscalizadores. Portanto, é imprescindível que os cidadãos estejam mais atentos com o que é feito do dinheiro público, e participem na elaboração e acompanhamento do orçamento público.

A serenidade e transparência pública tem que ser algo a ser buscado e atingido em todos os atos da administração pública, ressalvadas, é claro, as informações de sigilo, resguardadas por lei, que abarcam a segurança nacional ou interesse público. A entrada em vigor da lei federal nº 12527 de 18 de novembro de 2011 que trata do acesso à informação na administração pública, proporcionou excelente avanço nas instâncias do controle público pela sociedade civil, em seu arcabouço legal, a aborda no art. 3º que:

Os procedimentos previstos nesta lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: I – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II – divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V – desenvolvimento do controle social da administração pública. (BRASIL, 2011).

Esses princípios fundamentais são os precedentes para o desenvolvimento da prática de divulgação e transparência da administração pública.

O artigo da LAI - Lei de Acesso à Informação citado acima é bem claro em ordenar que a regra geral seja a transparência dos atos públicos.

Logo adiante, no mesmo diploma legal, no art. 4, da LAI, está a definição do que seria a exceção, em relação ao sigilo das informações, “Para os efeitos desta Lei, considera-se: (...) III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ”. (BRASIL, 2011).

Nos artigos 6º e 9º da LAI estão estabelecidas as diretrizes de como se farão a disponibilidade das informações bem como, dos direitos das pessoas referentes à disponibilidade das informações públicas, seguem transcrições:

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua

divulgação; II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso. (BRASIL, 2011)

Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante: I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para: a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação. (BRASIL, 2011)

De acordo o estabelecido no art. 6º, as informações públicas devem ser divulgadas com vistas ao alcance de maior público possível, este requisito deriva da base constitucional de legitimidade do interesse público. Do art. 9º foram implementados os chamados SICs – Serviços de Informações aos Cidadãos nos órgãos da administração pública, na busca de construir um canal aberto de divulgação e esclarecimentos das atividades e atos públicos. Em decisões, onde irá influenciar a vida de pessoas, a administração pública não pode simplesmente decidir e programar às escuras. Deverá, portanto, obedecer aos princípios fundamentais, como já mencionados aqui, podendo citar entre eles, o da publicidade.

O art. 10º por sua vez, importa que qualquer pessoa interessada, em alguma informação pública, poderá requerer o acesso aos órgãos e entidades que estão sob a influência dos dispositivos desta lei, a ressalva que se fez no artigo é que o requerente deva colocar sua identificação e também, a que se refere a solicitação.

A LAI trata, por conseguinte no seu art. 23, das informações que são consideradas de riscos a sociedade ou do Estado, segue transcrição:

Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas; VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional; VII - pôr em risco a segurança de instituições

ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações. (BRASIL, 2011)

A conclusão a que se chega é que o surgimento da LAI no ordenamento jurídico brasileiro, está sendo um divisor, do antes e depois com relação à transparência pública. Há um marco legal, do qual assuntos que antes seriam inacessíveis, agora podem ter uma regulamentação com especificações, inclusive, de prazos, como propõe o art. 24 da LAI, conforme transcrito:

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. § 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no **caput**, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos; II - secreta: 15 (quinze) anos; e III - reservada: 5 (cinco) anos.

Muito importante é a inclusão da sociedade num olhar crítico aos atos públicos e atividades de prestações de serviços. O mecanismo legal já se encontra válido, cabe a população utilizar o acesso amplo das informações públicas.

2.8 Sobre a atividade financeira do Estado

É primazia, o entendimento sobre: receitas, despesas, orçamento e crédito público, como parte do direito financeiro. A administração pública, nas últimas décadas, tem se modernizado no sentido de melhorias em termos de gestão do dinheiro público. Ela utiliza-se de mecanismos de divulgação e transparência de seus atos, isso, faz com que os cidadãos tenham maiores chances de controlar a atuação do Estado, na prestação de serviços públicos e benfeitorias a sociedade. Conforme descreve Paludo (2013, p.19),

“A atividade financeira é exercida pelo Estado visando ao bem comum da coletividade. Ela está vinculada à arrecadação de recursos destinados à satisfação de necessidades públicas básicas inseridas na ordem jurídico-constitucional, atendidas mediante a prestação de serviços públicos, a intervenção no domínio econômico, o exercício regular do poder de polícia e o fomento às atividades de interesse público/ social”.

O Estado, através de sua atividade financeira, deve atuar de maneira imparcial, no objetivo de alcançar o bem-estar social não se desviando do interesse

público. Existe uma enorme carga de responsabilidade social do Estado, uma vez que, das ações desencadeadas por ele dependem toda sociedade.

2.9 Ideias introdutórias sobre orçamento público

Assim como uma empresa, ou unidade familiar, possui seu orçamento, o Estado, também o possui. No entanto, as dificuldades e complexidades, na elaboração e mensuração do orçamento governamental são imensamente maiores. O Estado deve seguir uma série de leis e princípios, para na sua atuação estatal, agir de conformidade com os normativos jurídicos. A atuação do Estado, objetiva resultados favoráveis no seu orçamento, para não cair no perigo do endividamento público. E caso, não haja equilíbrio no orçamento público, entre o que entrou de receitas e o que saiu com despesas; poderá aumentar significativamente o chamado déficit público, com possível impacto direto na economia de uma cidade, Estado ou até mesmo País. Portanto, as prestações de serviços à sociedade aliada ao equilíbrio nas contas públicas é um dos objetivos primordiais a ser perseguido pela ação governamental.

2.9.1 Orçamento Público na Constituição de 1988, nas leis e doutrina.

A Constituição Federal de 1988 positivou uma série de regras gerais sobre o orçamento público. Instituiu a essência do orçamento público, dando diretrizes, para as leis infraconstitucionais. Houve, por conseguinte, excelente avanço no orçamento público, visto que, foi introduzido, no ordenamento constitucional a chamada Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou LDO, do qual a principal função é interligar o instrumento de planejamento: Plano Plurianual - PPA com a lei orçamentária anual – LOA que é o orçamento, propriamente dito. O art. 165 do diploma legal estabelece que: “leis de iniciativa do poder executivo estabelecerão: I – o plano plurianual, II – as diretrizes orçamentárias; III – os orçamentos anuais.” (BRASIL, 1988).

Quanto ao modo de elaboração do orçamento público, este, se consolida em três tipos de instrumentos, como detalhado no artigo 165 da Constituição Federal 1988. O PPA é o instrumento de planejamento macro, onde, estarão descritos todos os planos e objetivos gerais da atuação governamental durante o período de quatro anos. No § 1º do art. 165 do mesmo diploma legal, determina que:

“A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. (BRASIL, 1988)

É interessante destacar, que a carta magna se remete neste art. 165 a administração federal, mas que, igualmente, fazendo os ajustes e adaptações necessárias; Estados, Distrito Federal e Municípios seguem estas mesmas regras constitucionais na elaboração de seus orçamentos. A forma de construção do PPA, de maneira regionalizada, direciona a ação governamental de acordo com as realidades e necessidades sociais específicas de cada região. Isso demonstra a percepção que o legislador primário, teve, em propor um mecanismo de planejamento eficaz, que considerasse a realidade da sociedade de maneira mais objetiva possível.

Da mesma forma, a LDO recebeu, também, na Constituição Federal de 1988, o objetivo de abarcar metas, só que, as prioritárias, que guiarão a administração pública. O Estado possui várias atividades a ser desenvolvidas, em consonância ao seu papel Estatal de cumpridor do interesse público. Portanto, sendo a regra o interesse público, a momentos em que um interesse público será mais urgente que outro. Então, o que priorizar, de que forma o Estado organizará suas ações, o que será prioridade, e qual instrumento usar? Essas respostas se remetem a LDO. No § 2º do art. 165 da carta magna, existe a definição da abrangência da LDO,

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (BRASIL, 1988).

Em relação à lei orçamentária anual, a mesma coincidirá com o exercício financeiro, ou seja, duração de um ano. Encontra-se positivada no art. 165, § 5º, da Constituição Federal de 1988, ao qual conceitua: “A lei orçamentária anual compreenderá: I – o orçamento fiscal (...), II – orçamento de investimentos (...), III – o orçamento da seguridade social (...)”(BRASIL, 1988).

Cabe mencionar, que na LOA, mesmo havendo três orçamentos, eles constituem um único documento fundamental: a LOA. Obedece, portanto, ao princípio da totalidade, conforme anota Paludo (2013, p.34),

“(...) é denominado princípio da totalidade em face de ser composto pelos: Orçamento Fiscal; Orçamento de Investimentos; Orçamento da Seguridade Social – e ao mesmo tempo consolidar os orçamentos dos diversos órgãos e Poderes de forma que permita a cada Governo uma visão geral do conjunto das finanças públicas”.

Na definição do autor, a reunião dos orçamentos num único documento, objetiva maior controle sobre o orçamento por parte dos envolvidos na elaboração, tramitação, aprovação e execução dos orçamentos públicos. Uma vez que, os orçamentos integrados numa mesma peça orçamentária, fornecerão informações mais consistentes e consolidadas. Evitando dispersão e perda de informações, caso fossem, orçamentos consolidados em instrumentos distintos.

2.9.1.1 Sobre receitas públicas

Delimitando, a atividade financeira do Estado, verifica-se uma série de etapas, entre elas, a receita pública. Na receita pública ocorre à entrada de recursos públicos de maneira não temporária. Pela definição de Piscitelli (2014, p.64),

Receita pública é a entrada de dinheiro nos cofres públicos de forma definitiva. Essa definição implica assumir a diferença entre receita pública e o simples ingresso ou fluxo de caixa, que compreende valores repassados à administração, mas que, seja por força da lei ou de contrato estabelecido, terão de ser, em algum momento, retirados do erário – não se trata, pois, de uma entrada definitiva, afastando o conceito de receita.

Já como situação de ingresso de recurso temporário ao Estado, seria o caso, por exemplo; da entrega de dinheiro à administração pública, por um participante de uma licitação. Esse recurso seria uma forma de caução, perante a administração pública. Aquela, portanto, fica de guarda dos recursos até o fim da execução ou entrega do produto objeto da licitação. Ou seja, o dinheiro do particular fica de posse da administração pública, até que o contrato pactuado entre ambos seja totalmente cumprido.

2.9.1.2 Sobre despesas públicas

Outro conceito, igualmente ou mais importante é o da despesa pública. Para Furtado (2010, p.81) pode ser definido assim, “conjunto dos dispêndios do Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse da população”.

Essas saídas de recursos visam concretizar a atuação do Estado, na prestação de serviços públicos. Quanto ao modo de utilização desses recursos, os

Estados e/ou Governantes, precisam seguir programas de trabalhos, com objetivo de suprir áreas mais necessitadas de assistência. É necessário, todo um trâmite de confirmação legislativa, para que o Estado possa de fato usar os recursos. Esse aspecto, de autorização, faz parte dos mecanismos de controle externo. Nesse particular Paludo (2013, p.144) registrou que:

nenhuma despesa pública poderá ser realizada se não for autorizada pela LOA ou mediante créditos adicionais, nenhum programa ou projeto pode ser iniciado se não estiver incluído na LOA, e nenhum investimento que ultrapasse um exercício financeiro pode ser iniciado se não estiver contido no PPA ou em lei que autorize sua inclusão.

Essas medidas de autorização, pelo legislativo, deveriam oportunizar maior controle sobre as atividades da administração pública, relacionadas ao orçamento público e a gestão dos gastos. Mas, o que se percebe, é que o orçamento público está sendo usado como instituto de barganhas políticas. Em que se pesem, negociações de funções, cargos públicos e secretarias, ministérios e outras questões mais, em prol de aprovações de matérias consoantes ao orçamento.

2.10 Dos canais de acesso ao controle social

2.10.1 Canais disponíveis na internet

A administração pública utiliza vários meios de disponibilização da informação aos cidadãos e usuários dos serviços públicos. A maioria, no entanto, encontra-se na rede mundial de computadores: a internet. A implantação de canais de acesso à informação em relação à administração pública são uma das exigências dos dispositivos legais, alguns já foram detalhados nos tópicos anteriores, tal como a Lei de Responsabilidade Fiscal. O que se pode dizer, é que: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, seus órgãos e entidades ligadas, deverão proporcionar meios de acesso aos dados públicos, no objetivo de promover e facilitar o controle social. A seguir descrever-se-á alguns sites oficiais da administração pública que dão acesso a informação pública, para tanto, haverá menção a páginas do Governo Federal, dos Tribunais de Contas da União e Estadual, do legislativo Municipal, Estadual e Federal, do Ministério Público Estadual e Federal.

2.10.1.1 Portal da Transparência do Governo Federal

No portal da transparência do Governo Federal² a sociedade em geral poderá encontrar informações sobre o Poder Executivo Federal, no que tange: aos gastos do Governo Federal, transferências de recursos a Estados e Municípios, convênios, servidores públicos.

2.10.1.2 Portal brasileiro de dados abertos

Conforme informações retiradas do portal brasileiro de dados abertos³, descreve-se que este tem o objetivo de ser o ponto único referencial para a busca e o acesso à dados públicos brasileiros de todo e qualquer assunto ou categoria. Ele é um serviço simplificado que organiza e padroniza o acesso aos dados públicos, primando pelo reuso dos dados e o uso de tecnologias modernas.

2.10.1.3 Portal de compras do Governo Federal

No portal de compras⁴ do Governo Federal os cidadãos e estudantes que exercem o controle social do orçamento e gastos públicos poderão acompanhar as compras efetuadas e em andamento na esfera federal.

2.10.1.4 Tribunal de Contas da União

O Tribunal de Contas da União disponibiliza na sua página⁵ da internet, suas ações de fiscalizações, onde, tem dados do exercício do controle externo e canais de interação com os cidadãos com foco a recebimentos de denúncias.

2.10.1.5 Controladoria Geral da União – CGU

A CGU é o órgão responsável por fazer o controle interno no âmbito da União. Disponibiliza um canal⁶ de acesso aos cidadãos para exercício do controle social. Em sua página da internet, os cidadãos encontrarão acessos à denúncia, reclamação, solicitações, sugestões, elogios.

² Descrição disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

³ Dados abertos: segundo a definição da Open Knowledge Internacional dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente acessá-los, utilizá-los, modificá-los e compartilhá-los para qualquer finalidade, estando sujeito a, no máximo, a exigências que visem preservar sua proveniência e sua abertura. Descrição disponível em: <<http://dados.gov.br/dados-abertos/>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

⁴ Portal de compras do Governo Federal disponível em: <www.comprasgovernamentais.gov.br>. Acesso em: 05 fev. 2016

⁵ Portal do TCU disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

⁶ Portal da CGU disponível em: <<http://www.cgu.gov.br>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

2.10.1.6 Tribunal de Contas Estadual

Da mesma maneira que o TCU exerce o controle externo, os Tribunais de Contas Estaduais, também exercem, porém, em âmbito Estadual. Como o lugar de pesquisa é situado em Palmas, capital do Tocantins, cita-se, como forma de demonstração, o canal de acesso ao controle social em âmbito Estadual pela página⁷ do Tribunal de Contas Estadual.

2.10.1.7 Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual

O primeiro Ministério Público citado, compõe o Ministério Público da União, já em questão do segundo, existe um órgão para cada Estado Brasileiro. Expõe-se os links de acessos das páginas do Ministério Público Estadual do Tocantins⁸ e do Ministério Público Federal⁹.

2.10.1.8 Congresso Nacional: Câmara dos Deputados e Senado Federal, Assembleia Legislativa do Tocantins, e Câmara de Vereadores de Palmas.

No tocante a Câmara dos Deputados, em seu site¹⁰ existem vários assuntos de interesse ao controle social, tais como: consultas a projetos de leis; descrições detalhadas dos trâmites orçamentários da União; acesso às atividades da Comissão Mista de Orçamentos; fiscalização de transferências; consultas às leis orçamentárias LDO, LOA, PPA; acessos as Emendas parlamentares em relação ao orçamento público da União;

O Senado Federal em sua página¹¹ na internet disponibiliza informações úteis sobre o orçamento federal e a Assembleia Legislativa do Tocantins, disponibiliza em seu portal¹² da internet, assuntos relacionados ao controle social, tais como: relatório orçamentário; relatório fiscal; relatório de gestão fiscal.

⁷ Portal do TCE/TO disponível em: <<http://www.tce.to.gov.br/portalcidadao/>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

⁸ Disponível em: <<https://www.mpto.mp.br/web/portal/#page>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

⁹ Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/ouvidoria>> Acesso em: 07 fev. 2016.

¹⁰ Disponíveis em: <<http://www2.camara.leg.br/>> e <<http://www2.camara.leg.br/participe/fale-conosco/ouvidoria/>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

¹¹ Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/orcamento>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

¹² Disponível em: <<http://www.al.to.gov.br/transparencia>> Acesso em: 07 fev. 2016.

Com relação ao site da Câmara de Vereadores de Palmas, Tocantins, no seu endereço eletrônico¹³ encontram-se informações sobre transparência pública, portal de compras, licitações, ouvidoria.

2.11 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO

A escolha dos alunos do curso de Gestão Pública do IFTO Campus Palmas como público alvo da pesquisa, deu-se em algum grau, por conta do pesquisador ser discente da mesma Instituição e curso. Abaixo um breve resumo da história do IFTO Campus Palmas, baseado na descrição da página¹⁴ da internet da Instituição.

A história do Campus Palmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), antiga Escola Técnica Federal de Palmas (ETF-Palmas), inicia-se em 1989 por meio de um projeto idealizador do Governo do Estado do Tocantins e a disposição de uma equipe de professores da antiga Escola Técnica Federal de Goiás.

Em 1991 o Governo do Tocantins fez a doação da área para construção da unidade, por meio da Lei nº 310/91. Em 18 de abril de 1993, o então prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, lançou a pedra fundamental da construção. Em 30 de junho desse mesmo ano, através da Lei nº 8.670/93, o então presidente da República, Itamar Franco, efetivou a criação da unidade.

Em 21 de dezembro de 1998, por meio do decreto nº 2980 do Ministério da Educação (MEC), a unidade tornou-se Autarquia Federal. Em 2001 a Prefeitura de Palmas entregou a obra ao MEC, que repassou sua gestão para o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA).

Em 2002, por decisão do MEC, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) assumiu o processo de implantação da unidade e realizou o primeiro concurso público para corpo docente e administrativo. Também foi realizado o exame de seleção para os primeiros cursos técnicos oferecidos: Eletrotécnica, Edificações e Informática.

¹³ Disponível em: < <http://www.cmpalmas.to.gov.br/>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

¹⁴ Descrição disponível em: <<https://palmas.ifto.edu.br/index.php/sobre>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

Em 2003 tomaram posse os primeiros servidores da unidade, sendo 44 docentes e 12 técnicos administrativos. Neste mesmo ano foram matriculados os primeiros 360 alunos e em 4 de abril, o então ministro da Educação, Cristóvão Buarque, inaugurou oficialmente a unidade e empossou o primeiro diretor, Prof. Me. Adail Pereira Carvalho.

Em 2004 foi realizado o segundo processo seletivo para o corpo docente e administrativo, bem como exame de seleção para seis novos cursos técnicos: Eletrônica, Agrimensura, Gestão em Agronegócios, Turismo e Hospitalidade, Secretariado Executivo e Saneamento Ambiental. Neste mesmo ano a unidade implantou a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - modalidade integrada - para os cursos de Informática, Eletrotécnica, Eletrônica e Edificações.

Em 2008 a ETF-Palmas integrou-se à Escola Agro técnica Federal de Araguatins (Eafa) formando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, criado por meio da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Atualmente o Campus Palmas oferece um curso de Pós-Graduação, na modalidade Especialização; 10 cursos superiores; sete cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio; oito cursos Técnicos Subsequentes; cinco cursos Técnicos, na modalidade EAD e dois cursos na modalidade proeja. A unidade registra em seu quadro de servidores 226 docentes e 109 técnicos administrativos e cerca de três mil estudantes matriculados em seus cursos regulares.

2.12 CST em Gestão Pública do IFTO Campus Palmas

O curso de Gestão Pública do IFTO Palmas tem duração de 3 anos, e está estruturado em seis semestres, abaixo um breve resumo dos objetivos, áreas de atuação, habilitação após graduado, retirado da própria página da Instituição¹⁵.

Como descrição dos objetivos do curso de gestão pública estão a formação de profissionais que estejam capacitados à gestão de organizações

¹⁵ Descrição do curso superior de tecnologia em gestão pública do IFTO Campus Palmas, Disponível em: <<https://palmas.ifto.edu.br/index.php/component/content/article?id=222>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

públicas, conforme observa, o conhecimento transmitido levará em conta as mudanças sociais e as concepções humanísticas, no intuito de desenvolver a economia sustentável e a qualidade de vida.

Para a determinação dos objetivos secundários ou específicos do curso, o egresso deverá demonstrar domínios e competências no desempenho das atividades de gestor público, sendo capaz de exercer diferentes frentes de atuação, tais como: saber integrar o processo de gestão pública no desenvolvimento regional e nacional; exercer a tomada de decisões no âmbito da gestão pública, através da identificação e análise de problemas a buscar o estabelecimento de prioridades nas áreas de Gestão, Contábil – Financeiro, Meio Ambiente, Sistemas de Informação; atuar com vistas ao empreendedorismo com responsabilidade e ética; ter atuação crítica nos campos do conhecimento da formação acadêmica; conhecer as políticas públicas e sociais em diversas áreas da economia, cidadania, comunicação; assessorar políticos e gestores do alto escalão do governo nas áreas federal, estadual e municipal; aplicar corretamente a legislação referente a procedimentos na gestão pública.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa

Quanto ao procedimento metodológico a pesquisa baseou-se numa pesquisa bibliográfica ampla. O foco foi dar maior contextualização e formatação dos assuntos abordados no trabalho. Inicialmente levantou-se a maior quantidade de informações relacionadas aos aspectos gerais dos conceitos de controle, e descrição do controle social. Na sequência, houve a definição da organização política administrativa do Estado Brasileiro, dos conceitos de democracia. Outro ponto discorrido foi orçamento público e suas etapas, e sobre como se dá os gastos na administração pública. Por fim, o trabalho indica, em síntese, alguns canais disponíveis de participação social no controle do orçamento e gastos públicos. Esses dados foram buscados através de pesquisas na internet, artigos de revistas, jornais, livros etc.

É oportuno dizer, com referência ao trabalho, que o mesmo partiu de pressupostos hipotéticos. Com base em tal contexto, é importante conceituar sobre

o método de abordagem, que segundo a definição dos autores Marconi e Lakatos, (2014, p.110) existe o:

Método hipotético – dedutivo (...) se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese.

Procurou-se ter uma visão das possíveis situações de interesse ao controle social do orçamento e gastos públicos por parte dos estudantes do curso de gestão pública do IFTO Palmas, dessa maneira, serviu de fonte e guia para construção do questionário com perguntas fechadas e de múltiplas escolhas, caracterizando esta parte do trabalho, conforme a natureza, em pesquisa quantitativa. Para a conceituação do que é uma pesquisa quantitativa, de forma bem esclarecedora, os autores Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 26/27) assim predisseram:

Pesquisa Quantitativa: considera o que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão).

Com esse instrumento de pesquisa definido, e o método de abordagem delimitado, passou-se, então, para a outra fase do trabalho, que foi a descrição das características dos estudantes de gestão pública, o viés de controle, e os perfis socioeconômicos. Para esta etapa, o trabalho se baseou em pesquisa descritiva, que conforme o autor Gil (1991 apud Kauark, Manhães e Medeiros 2010, p. 28),

Pesquisa Descritiva: visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de técnicas de coletas de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.

Quanto ao local de realização da pesquisa situou-se no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins Campus Palmas, nas salas do curso de Gestão Pública do primeiro ao sexto período.

3.2 Detalhamento dos procedimentos

Num primeiro momento, é necessário especificar o instrumento que foi utilizado na pesquisa: o questionário. Segundo os autores Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 58),

O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. A confecção é feita pelo pesquisador; o preenchimento é realizado pelo informante. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta para que o interrogado compreenda com clareza o que está sendo perguntado(...).

O trabalho se norteou, por um questionário, que considerou os elementos chaves para a caracterização e análise dos estudantes do curso de gestão pública, com relação ao exercício do controle social no orçamento e gastos públicos. O questionário poderá ser consultado, no apêndice deste trabalho. As perguntas do questionário são dos tipos: encadeadas e matriz de resposta. Algumas são inéditas, e outras, principalmente as com vinculações ao perfil socioeconômico, foram extraídas e adaptadas de outros questionários disponíveis na internet e em livros (boa parte será adaptada do questionário ENEM 2009)¹⁶; com relevância ao tema objeto de estudo.

A população alvo está compreendida entre os estudantes do CST em Gestão Pública do IFTO Campus Palmas. Neste caso, perpetrou-se pesquisar o total do universo, porém, não houve adesão integral de todos os estudantes, bem como, verificou-se uma acentuada evasão ao curso, pelo qual obteve-se um total de 86 instrumentos de coletas de dados respondidos. Ao basear-se na quantidade total de 155 matrículas ativas no curso¹⁷ para o período letivo 2016/1, obtém-se uma média de 55,48% de alunos pesquisados pelo qual determinou-se amostra suficiente de representatividade do todo. O motivo de pesquisar dentre os estudantes, em princípio, é devido à ligação mais estreita que tais têm com a administração pública, pois, através do estudo da gestão pública possuem uma concepção diferenciada e lapidada da administração pública.

Portanto, não se fixou uma quantidade mínima geral de instrumentos de coletas de dados, devido, considerar a quantidade total de acadêmicos, para tanto, o questionário subsidiou a pesquisa de campo que foi aplicada aos cidadãos por meio de questionários físicos.

¹⁶ Disponível em: http://download.uol.com.br/educacao/enem2009/quest_socioec_enem2009.pdf> Acesso em 15 dez. 2015

¹⁷ Disponível na Coordenação de Registros Escolares – CORES IFTO Palmas, período letivo 2016/1, dados obtidos em 23 ago. 2016.

O questionário¹⁸ da entrevista continha perguntas fechadas, replicados na quantidade necessária. As perguntas versaram sobre o perfil socioeconômico dos estudantes; sobre sua participação ou não no controle social do orçamento e gastos públicos e nos possíveis fatores de motivação ou desmotivação no acompanhamento e controle dos mesmos.

A pesquisa de campo consistiu na aplicação do questionário em salas de aulas do curso de Gestão Pública do IFTO, o período de aplicações dos questionários e de coletas dos dados foram de dois dias: 03 e 04 de maio de 2016, sendo: dia 03, aplicações nas turmas do primeiro ao sexto semestre. No dia 04 houve retorno para coleta de questionários que foram respondidos em casa pelos estudantes do 1º e 4º período, o pesquisador foi ajudado por mais três pessoas nas aplicações dos questionários.

3.3 Contextualização e discussão dos resultados obtidos

Nesta etapa, se discutirá os resultados de maneira a evidenciar ou confrontar as hipóteses elencadas no projeto e a resposta ao problema da pesquisa.

Seguindo esse raciocínio, é essencial esclarecer uma questão: o objetivo principal da pesquisa é descrever como é feito controle social do orçamento e gastos públicos segundo a ótica dos estudantes do curso de Gestão Pública do IFTO Palmas. Serão evidenciados a maneira como fazem o controle e descritos os perfis de ambos os estudantes, ou seja, participantes e não participantes do controle social. É oportuno observar, que neste trabalho não se pretende correlacionar nenhum dos dois tipos de estudantes, mas, apenas identificar e descrever após a análise dos resultados.

3.4 Perfil socioeconômico dos estudantes

Para a identificação do perfil socioeconômico dos estudantes, foram incluídas, no instrumento de coletas de dados, variáveis como: gênero, idade, estado civil, cor, quantidade de filhos, profissão, religião, conforme dados da tabela a seguir.

¹⁸ Questionário encontra-se no apêndice A

Tabela 1 – Perfil socioeconômico dos estudantes de Gestão Pública IFTO

ITENS	DESCRIÇÃO GERAL	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA	PERCENTUAIS %
A	Gênero	Masculino	48,84
		Feminino	51,16
B	Faixa etária (idade em anos)	18	2,32
		19 a 25	53,49
		26 a 33	31,39
		34 a 41	10,46
		42 a 50	2,32
C	Cor	Pardo	54,66
		Branco	26,74
		Negro	17,44
		Amarelo	1,16
D	Religião	Protestante ou evangélica	48
		Católica	29
		Sem religião	14
		Umbanda ou candomblé	2
		Espírita	1
		Outras	6
E	Estado civil	Solteiro (a)	62,79
		Casado (a)	32,56
		Separado (a)/ Divorciado(a)	4,66
		Viúvo (a)	Nenhum
F	Moradia/ Residência	Casa/ Apartamento próprio	53,49
		Casa/ Apartamento alugado	39,53
		Quarto ou cômodo alugado	6,98
		Habitação coletiva, ex. hotel, república	Nenhum
G	Descendentes	Não possui	72,10
		Um	16,28
		Dois	5,81
		Três	5,81
		Quatro ou mais	Nenhum

ITENS	DESCRIÇÃO GERAL	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA	PERCENTUAIS %
H	Situação de trabalho	Serviço público	40,70
		Iniciativa privada – carteira assinada	32,56
		Iniciativa privada – sem carteira assinada	4,65
		Desempregado	9,30
		Autônomo	6,98
		Nunca trabalhou	4,65
		Nunca trabalhou – em busca 1º emprego	1,16

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se da tabela 1, com relação ao item A, que dos estudantes entrevistados correspondem praticamente metade para ambos os gêneros, sendo 51,16% do sexo feminino com 44 estudantes, e 48,84% dos estudantes do sexo masculino com 42 pessoas. Segundo informações extraídas do censo 2010¹⁹ do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população de Palmas – TO está dividida em 50,58% para mulheres e 49,42% para homens, de certo modo, este dado coincide com o percentual obtido na amostra dos estudantes do curso.

No item B, verifica-se que a maior parte dos estudantes estão na faixa etária entre 19 e 25 anos, sendo 46 estudantes correspondendo a 54% dos entrevistados. As demais faixas etárias somam 2 estudantes com idade de 18 anos, correspondendo a 2%; e entre 26 e 33 estão 27 estudantes correspondendo a 31%; já na faixa etária entre 34 e 41 anos responderam 9 estudantes compreendendo 10,46%, e por último a faixa entre 42 e 50 anos, sendo 2 estudantes correspondendo 2%.

Para o item C, com relação a cor, dos 86 estudantes entrevistados, 23 estudantes consideram-se brancos, 47 pardos, 15 pretos e 1 amarelo. Conforme censo de 2010 do IBGE, a população de Palmas está compreendida em: parda com 55,48%; para os declarados brancos foram 32%; 9,48% cor preta; 2,86% cor amarela; 0,18% indígena.

¹⁹ Dados disponíveis em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=172100&idtema=16&search=tocantins|palmas|sintese-das-informacoes>> Acesso em: 21 ago. 2016

Conforme item D, a maioria dos estudantes disseram ser da religião evangélica ou protestante com 48% do total dos respondentes da pesquisa. Nesta amostragem inverteu-se os dados com o resultado do Censo do IBGE 2010, que teve um percentual maior de católicos na população de Palmas.

Na análise do item E, percebe-se que uma maior parte dos estudantes são do estado civil solteiro, correspondendo a 62,79% do total, os restantes: casado, separado/divorciado, viúvo, ficaram com os percentuais respectivos de 32,56%, 4,66%, e 0%. Segundo o Censo de 2010 do IBGE, os dados referentes a amostra nupcialidade foram: casado (a) com 32,05%, separado/divorciado 4,46%; solteiro(a) com 61,29%, e 2,19% viúvo(a).

Do item F, observou-se que 46 estudantes responderam morar em casa ou apartamento próprio, 34 declararam morar em casa ou apartamento alugado, 6 em quarto ou cômodo alugado, e nenhum declarou morar em habitação coletiva.

Com relação ao item G, extrai-se que a maioria dos estudantes não possuem filhos, sendo um total 62 que responderam não ter descendentes, já 14 estudantes declararam ter um filho cada, e 5 estudantes disseram ter dois filhos, e outros 5 estudantes possuem três filhos.

Para o item H, é interessante definir a quantidade e os percentuais somente dos estudantes que trabalham numa definição clara dos que fazem parte do serviço público e os que atuam na iniciativa privada. Foram 73 estudantes que declararam trabalhar, sendo que 35 estudantes disseram ser no serviço público em contrapartida de 38 da iniciativa privada. Para aqueles que trabalham no serviço público foi alocado no instrumento de pesquisa uma pergunta sobre qual esfera de atuação, tendo obtido o seguinte resultado: esfera municipal responderam 11 estudantes, já 14 estudantes disseram trabalhar no poder público estadual, e 10 na esfera federal.

3.4.1 Estudos relacionados ao Ensino fundamental e Médio.

Pergunta: em qual(is) escola(s) estudou o ensino fundamental e médio?

Tabela 2 – Situação dos estudos fundamental e médio

Itens	Ensino fundamental	Ensino médio	E. fund.%	E. méd. %
(A) somente em escola pública.	76	76	88,37	88,37
(B) Parte em escola pública e parte em escola particular.	7	6	8,14	6,97
(C) somente em escola particular.	3	4	3,49	4,65

Fonte: Dados da pesquisa

Para a tabela 2 acima, constata-se que a maioria dos estudantes do curso de Gestão Pública do IFTO estudaram em escolas públicas nos ensinos fundamental e médio, sendo que 76 pessoas declararam estudar em escolas públicas.

3.4.2 Outros cursos: informática, língua estrangeira, pós-graduação.

Tabela 3 – Outros cursos e atividades: informática, língua estrangeira, pós-graduação.

Tipos de cursos	Qtd. Resposta Questão	Qtd. Total de Estudantes Pesquisados	%
Curso de língua estrangeira	15	86	17,44
Curso de computação ou Informática	60	86	69,77
Curso de especialização, mestrado, doutorado etc.	3	86	3,49
Curso de Orçamento e/ou gastos públicos, administração pública etc	28	86	32,56

Fonte: Dados da pesquisa

Com respeito a análise da tabela 3, verifica-se que a maioria dos estudantes possuem curso de informática com 69,77% que responderam positivo, o segundo maior percentual foi para o item curso de orçamento e/ou gastos públicos, administração pública pelo qual 32,56% dos estudantes declararam.

3.5 Perguntas ligadas ao tema Controle Social e Orçamento Público

3.5.1 Pergunta 1: Dentre os temas abaixo marque aquele (a) que você considera ter entendimento?

Tabela 4 – Perguntas sobre orçamento e gastos públicos.

Temas	Qtd. Respostas	Qtd. Estudantes Pesquisados	%
Orçamento Público	44	86	51,16
Receitas Públicas	23	86	26,74
Despesas Públicas	29	86	33,72
Controle Social	22	86	25,58
Não sei de nenhum	16	86	18,60

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 4, constata-se que a maioria dos estudantes disseram possuir entendimento sobre orçamento público; seguido de despesas públicas com 33,72%; receitas públicas 26,74%, sendo que controle social foi o tema com percentual menor de 25,58%. Esperava-se obter um resultado parecido de entendimento para os assuntos: orçamento público, receitas públicas e despesas públicas. Pois, verifica-se no assunto orçamento público, a necessidade de compreensão dos temas receitas e despesas públicas. Com este resultado, pode-se fazer uma comparação com os dados da tabela 3, referente a cursos na área de orçamento público, pois nesta, 28 estudantes disseram ter algum curso extra na área, e naquela, 44 estudantes responderam entender o orçamento público, dos que responderam ter algum curso extra, a divisão dos estudantes foram entre do 2º ao 6º período. Mas é interessante destacar, que a pergunta relacionada ao curso extra engloba, de forma geral, outros cursos, não necessariamente na área de orçamento e gastos públicos. Neste caso, esta observação poderia explicar de alguma forma esta relativa discrepância.

3.5.2 Pergunta 2: Sobre orçamento público das siglas abaixo, você sabe dizer a que se referem?

Tabela 5 – Siglas referentes ao orçamento público

Siglas	Qtd. Respostas: Sim	Qtd. Total de Estudantes Pesquisados	%
PPA	77	86	89,53
LDO	72	86	83,72
LOA	73	86	84,88
Não sei de nenhuma	7	86	8,14

Fonte: Dados da pesquisa

No que tange a análise da tabela 5, verifica-se que a maioria dos estudantes responderam conhecer as siglas, sendo que somente 7 pessoas disseram não saber de nenhuma das siglas referente ao orçamento público. Observa-se que dos 7 estudantes que dizem não saber de nenhuma das siglas, 6 são do primeiro semestre e 1 do segundo. Esperava-se que os conceitos das três siglas fossem respondidos uniformemente pelos estudantes, mas, houve maior respostas para sigla PPA. Estas divergências nas respostas ocorreram com discentes do 1º e 2º período do curso, pelo qual não existe a noção da matéria orçamento público que somente é ministrada aos alunos no 3º período, conforme ementa do curso²⁰ no anexo A. Percebe-se então, que muitos acadêmicos ao começar o curso, possuem algum conhecimento em relação ao orçamento público, muitas vezes propagado pela mídia, e esta pergunta, foi proposta de maneira a observar este conhecimento superficial, pois para a resposta desta, não necessitava de algum curso específico.

3.5.3 Pergunta 3: Sobre gastos públicos: sabe dizer para que serve um processo licitatório na administração pública?

Tabela 6 – Entendimento do processo de licitação

Respostas	Qtd. Respostas	Qtd. Total de Estudantes Pesquisados	%
SIM	52	86	60,47
NÃO	34	86	39,53

Fonte: Dados da pesquisa

²⁰ Disponível em: < <https://palmas.iftto.edu.br/index.php/component/content/article?id=222> > Acesso em: 07 fev. 2016

Como se observa, mais da metade dos estudantes disseram ter entendimento sobre o processo licitatório na administração pública, sendo os percentuais de 60,47% dos que afirmam entender contra 39,53% referente aos que não possuem entendimento. Um fator peculiar é que os estudantes dos períodos iniciais até o 3º período do curso tiveram respostas negativas em mais da metade dos entrevistados, ou seja, para esses períodos os estudantes que disseram não entender o processo de licitação superou os que declararam entender.

3.5.4 Pergunta 4: Sobre os gastos públicos da Prefeitura Municipal de Palmas em relação às áreas a seguir, você avalia:

Tabela 7 – Percepção do gasto público municipal – Saúde, Segurança e Educação

ÁREA	AVALIAÇÃO	PERCENTUAIS %
A1) Saúde	Positivo	23,26
	Negativo	43,02
	Neutro	33,72
A2) Segurança	Positivo	19,77
	Negativo	54,65
	Neutro	25,58
A3) Educação	Positivo	41,86
	Negativo	37,21
	Neutro	20,93

Fonte: Dados da pesquisa

O objetivo desta pergunta 4, foi avaliar os discentes do curso de Gestão Pública em relação ao exercício do controle social sobre os gastos públicos de sua cidade Palmas – TO. Verifica-se na tabela 7, com relação a área 1, que uma percentagem considerável de 33,72% se diz neutros, o restante 43% dos estudantes veem os gastos de forma negativa, e somente 23% avaliam ser positivo.

Na área 2, segurança, abstrai-se que a maior parte dos estudantes consideram os gastos da prefeitura de Palmas de forma negativa com 55%, o percentual que declararam ser neutros em relação a essa área de gasto é de 25%, sendo maior, portanto, que o percentual que declararam avaliar os investimentos nesta área de maneira positiva 20%. Mais uma vez, a porcentagem de discentes neutro é significativa.

Por último, área 3, educação, verifica-se que somente nesta área a maior parte dos estudantes consideram a prefeitura efetuar gastos positivos, sendo 42%

que indicaram esta alternativa, já 37% evidenciaram os gastos de forma negativa, e por vez, o percentual de neutros foram 21% tendo diminuído em comparação o percentual de neutros das outras áreas, mas, ainda bem expressivo.

3.5.5 Pergunta 5: Sobre controle social já acessou algum site dos seguintes órgãos ou entidades políticas:

Tabela 8 – Acesso a sites/portais de órgãos ou entidades da administração pública.

Sites/ portais	Qtd. de respostas a questão	Qtd. Total de Estudantes Pesquisados	%
(A) Portal da Transparência:	-	-	-
Municipal	42	86	48,84
Estadual	38	86	44,19
Federal	43	86	50,00
(B) Diário oficial on line:	-	-	-
Municipal	34	86	39,53
Estadual	36	86	41,86
Federal	28	86	32,56
(C) Tribunal de Contas:	-	-	-
Estadual	10	86	11,63
União	19	86	22,09
(D) Portal de Compras:	10	86	11,63
(E) Portal do Senado:	24	86	27,91
(F) Portal da Câmara dos Deputados:	13	86	15,12
(G) Portal da Assembleia Legislativa:	18	86	20,93
(H) Portal da Câmara de Vereadores:	11	86	12,79

Fonte: Dados da pesquisa

Na pergunta 5 do questionário²¹, a ideia principal era verificar quais canais oficiais de controle os estudantes utilizam mais, pode-se concluir que menos da metade dos estudantes entrevistados acessam cada item/portal elencado na tabela 8, a única exceção com 50% de discentes declarados que acessam foi para o portal da transparência federal, esta constatação pode ser devido a notabilidade que tem este portal da transparência federal, conforme Paludo (2015, p.184) “quando se fala em transparência das informações, o portal da Transparência da CGU é o mais importante”.

²¹ Questionário no Apêndice A

O aumento da participação social no controle da administração pública através da internet, que atualmente é o meio mais utilizado pelos governos para democratização da informação, e fomento ao controle público, é algo a ser buscado, e também, torna-se um enorme desafio. Para subsidiar esta informação, Moreira (2016, p.93),

o uso dos computadores, dos meios de comunicação e da infraestrutura da internet definiram novos arranjos de relacionamento entre Estado e a sociedade, através da tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), possibilitando a divulgação de informações para a sociedade, que permitem controle e fiscalização, bem como a oferta de serviços que promovem ganhos de produtividade e redução de custos, tudo visando ao atendimento mais eficiente das necessidades do cidadão.

A nova gestão pública, aprimora-se com as intervenções da sociedade em sua condução, para tanto, o uso contínuo dos mecanismos de participação popular, como os descritos acima, tem enorme aproveitamento para a evolução da administração Estatal, e, por conseguinte dos governados.

Tabela 9 – Frequência de acessos aos sites/ portais das entidades e órgãos públicos

Frequência	Qtd. Respostas	Qtd. Estudantes Pesquisados	%
1 vez por semana;	15	86	17,44
2 vezes por mês;	18	86	20,93
1 vez a cada dois meses;	10	86	11,63
1 vez a cada quatro meses;	11	86	12,79
2 vezes por ano;	12	86	13,95
Há mais de um ano.	14	86	16,28
Abstenção de resposta	6	86	6,98
Total	86	-	100

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados da tabela 9, foram pensados no objetivo de mensurar a frequência de acessos aos sites dos órgãos elencados na tabela 8. Obtém-se que os estudantes se distribuíram quase que uniformemente em alguns itens, mas, houve a prevalência maior nas frequências: de 2 vezes por mês, com 20,93% estudantes declarados; 1 vez por semana, com 17,44% e há mais de um ano 16,28%.

Tabela 10 – Finalidade/ motivação de acesso aos sites/ portais das entidades e órgãos públicos

Finalidade/ motivação	Qtd. Respostas	Qtd. Estudantes Pesquisados	%
Busca de gastos com salários/ remuneração;	36	86	41,86
Buscar informações sobre investimentos;	12	86	13,95
Gastos com diárias e/ou passagens de agentes públicos;	11	86	12,79
Acompanhar movimentação de quadro de servidores, empregados públicos etc;	23	86	26,74
Acompanhar o andamento de políticas públicas: ex. bolsa família etc;	10	86	11,63
Acompanhar o andamento ou resultados de licitações;	11	86	12,79
Manter atualizado para o exercício profissional;	23	86	26,74
Devido à realização de trabalhos /ou estudos acadêmicos;	30	86	34,88
Outro(s), especificar;	4	86	4,66

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação a tabela 10, obtêm-se as finalidades de acesso aos dados públicos dos portais/sites de órgãos e entidades públicas. Um assunto com percentual mais elevado foi buscas por gastos com salários/ remuneração, para esta análise, é importante trazer a discussão, dados retirados do relatório²² da Controladoria Geral do Estado do Tocantins – CGE-TO. Neste, constata-se, que a maior procura no portal da transparência²³ do Estado do Tocantins é sobre informações relacionadas a remuneração/salário de servidores, para esta observação, conclui-se, que coincidiu com os resultados da pesquisa. Outras evidências de maiores acessos declarados pelos estudantes, foram: devido à realização de trabalhos/ estudos acadêmicos; acompanhar a movimentação de servidores e manter atualizado para o exercício profissional. É interessante pontuar que há um forte interesse dos discentes por temas ligados a gastos com servidores públicos.

²² Disponível em: <<http://www.cge.to.gov.br/relatorios/relatorios-de-acessos-ao-portal-da-transparencia/>> Acesso em: 31 ago. 2016.

²³ Disponível em: <<http://transparencia.to.gov.br/pessoal/>> Acesso em: 31 ago. 2016.

3.5.6 Pergunta 6: Sobre controle social; já acessou algum site de uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ou outra entidade não governamental, tais como:

Tabela 11 – Acesso a sites de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

Sites/ portais	Qtd. de respostas a questão	Qtd. Total de Estudantes Pesquisados	%
contasabertas.com.br;	3	86	3,49
transparência.org;	33	86	38,37
observatório Social;	19	86	22,09
alfabrazil.org.br;	2	86	2,33
socialiris.org;	2	86	2,33
inesc.org.br;	1	86	1,16
br.okfn.org;	1	86	1,16
vemprarua.net	21	86	24,42
Não marcou nada	35	86	40,70

Fonte: Dados da pesquisa

Na pergunta 6 do questionário²⁴, o objetivo era investigar quais canais não oficiais de controle os estudantes utilizam mais, pode-se concluir que quase a metade dos estudantes entrevistados não acessam nenhum item/site elencado na tabela 8 correspondendo a 40,70%, os três sites com maiores descrições de acesso foram: transparência.org com 38,37%; vemprarua.net 24,42% e observatório social 22,09%.

Tabela 12 – Frequência de acessos aos sites/ portais das OSCIPs

Frequência	Qtd. Respostas	Qtd. Estudantes Pesquisados	%
1 vez por semana;	4	86	4,66
2 vezes por mês;	10	86	11,63
1 vez a cada dois meses;	7	86	8,14
1 vez a cada quatro meses;	10	86	11,63
2 vezes por ano;	9	86	10,47
Há mais de um ano;	4	86	4,66
Não marcou nada.	35	86	40,70
Total	86	-	100

Fonte: Dados da pesquisa

²⁴ Questionário no Apêndice A

Com relação a tabela 12, obtêm-se as frequências de acessos aos dados públicos por meio das OSCIPs e entidades não governamentais. Verifica-se que a periodicidade deste controle é pouca, sendo que somente 4 estudantes disseram utilizar deste mecanismo de controle 1 vez na semana.

Tabela 13 – Finalidade/ motivação de acesso aos sites/ portais das entidades não governamentais e OSCIPs

Finalidade/ motivação	Qtd. Respostas	Qtd. Estudantes Pesquisados	%
Busca gastos com salários/ remuneração;	20	86	23,26
Buscar informações sobre investimentos;	10	86	11,63
Gastos com diárias e/ou passagens de agentes públicos;	6	86	6,98
Acompanhar movimentação de quadro de servidores, empregados públicos etc;	9	86	10,47
Acompanhar o andamento de políticas públicas: ex. bolsa família etc;	8	86	9,30
Acompanhar o andamento ou resultados de licitações;	10	86	11,63
Manter atualizado para o exercício profissional;	12	86	13,95
Devido à realização de trabalhos /ou estudos acadêmicos;	18	86	20,93
Outro(s), especificar;	1	86	1,16

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 13, existe as propensões motivacionais dos estudantes relacionadas a acessos de sites de OSCIPs e entidades não governamentais, a maior quantidade de respostas foram para os itens: busca de gastos com salários/ remuneração com 23,26%; e devido à realização de trabalhos e/ou estudos acadêmicos com 20,93%, pode-se perceber, que novamente a busca por informações sobre salários continuam sendo o mais significativo interesse dos discentes.

3.5.7 Pergunta 7: Sobre controle social; já participou nos últimos quatro anos, de algum dos eventos abaixo?

Tabela 14 – Participação em eventos públicos nos últimos quatro anos

Eventos	Qtd. de respostas a questão	Qtd. Total de Estudantes Pesquisados	%
Orçamento Público Participativo;	8	86	9,30
Audiências Públicas;	21	86	24,42
Conselhos Municipais;	3	86	3,49
Debates sobre a elaboração do Plano Plurianual – PPA;	5	86	5,81
Fases/processos de uma licitação;	10	86	11,63
Eleições em qualquer esfera;	27	86	31,40
Nunca;	39	86	45,35
Outro(s), especificar	1	86	1,16

Fonte: Dados da pesquisa

Para a pergunta 7, tal item foi submetido aos estudantes no intuito de explorar o interesse por temas/ eventos sobre controle social do orçamento e gastos públicos. Diante dos dados obtidos, conforme tabela 14, observa-se o alto percentual de acadêmicos que declararam nunca ter participado de algum evento relacionado ao controle social da administração pública. Na sequência, os dois maiores índices mais respondidos foram: eleições em qualquer esfera num total de 31,40%, e o evento audiências públicas que obteve respostas de 24,42%.

Uma evidência é que a maioria dos estudantes que responderam nunca ter participado de algum evento estão compreendidos entre o 1º e 4º períodos do curso, correspondendo a 89,74% dos entrevistados; para os itens: orçamento público, 75% estão entre o 5º e 6º períodos, e para audiências públicas, 61,90% são também do 5º e 6º período. Com relação aos conselhos municipais, 66,67% das afirmações foram de alunos do 4º e 5º períodos; em referência ao acompanhamento de um processo licitatório, percebeu-se que 60% dos pesquisados foram do 5º e 6º períodos; o único dos eventos pesquisados que obteve um maior percentual de participação por estudantes dos primeiros períodos do curso foi debates sobre a elaboração do PPA, com 60% entre os 2º e 3º períodos. Percebe-se, portanto, uma melhor participação no controle social do orçamento e gastos públicos, com o avanço nos estudos do curso de gestão pública.

Para a compreensão dos assuntos em discussão, abstendo-se de falar em primeiro momento do tema eleições, os outros, estão alinhados numa proposição de planejamento das atividades públicas, com significativa influência na qualidade dos gastos públicos. Com esse fim, a respeito do planejamento, para Carranza (2014, p. 388) “o planejamento é necessário, o imprevisto custa caro e fica-se refém do diagnóstico do presente”. As audiências, os debates sobre o PPA, o orçamento participativo, são instrumentos também de planejamento das ações públicas, a interação social neste momento é primordial, pois, possibilita que o povo, num estado democrático, participe diretamente do planejamento público. Para esta mesma autora Carranza (2014, p.365) “é pelo diálogo democrático entre o Estado e a sociedade que se definem as prioridades a que o governo deve ater-se para a construção de um país mais próspero e justo”.

Este diálogo leva em consideração outras esferas de poder, não somente, a nível de país, mas, principalmente em debates e propostas de mudanças locais ou regionais. Esta constatação vai de encontro com um dos objetivos do curso de gestão pública, que é propiciar ao egresso a integração no processo de desenvolvimento regional e nacional, e manter um equilíbrio entre desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida.

A participação nos eventos descritos, condizem com um propósito comum, ter-se eficiente a aplicação dos recursos públicos, de maneira a favorecer a evolução do bem-estar social. Neste sentido, Carranza (2014, p. 389),

A maior eficiência do gasto público é uma condição necessária para que o Brasil possa obter mais crescimento econômico, menor desigualdade, mais oportunidades de trabalho, menos violência e uma vida mais longa e recompensadora para sua população.

É inegável que a administração pública tende a ganhar com a efetiva participação social em sua condução, pois, abre-se espaço para o debate e discussão das necessidades da população, com isso, põe-se em evidência uma maior igualdade na relação Estado e sociedade.

Tabela 15 – Frequência de participação nos eventos

Frequência	Qtd. Respostas	Qtd. Estudantes Pesquisados	%
Acima de 6 vezes;	5	86	5,81
5 vezes;	1	86	1,16
4 vezes;	4	86	4,66
3 vezes;	6	86	6,98
2 vezes;	17	86	19,77
1 vez.	12	86	13,95

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação a tabela 15, tem-se as frequências de participações em eventos públicos dos últimos quatro anos. Verifica-se uma frequência pequena de participação, sendo que, os índices maiores foram para os itens: 1 vez, com 13,95% e 2 vezes, com 19,77%.

Tabela 16 – Finalidade/ motivação de participação em eventos públicos nos últimos quatro anos

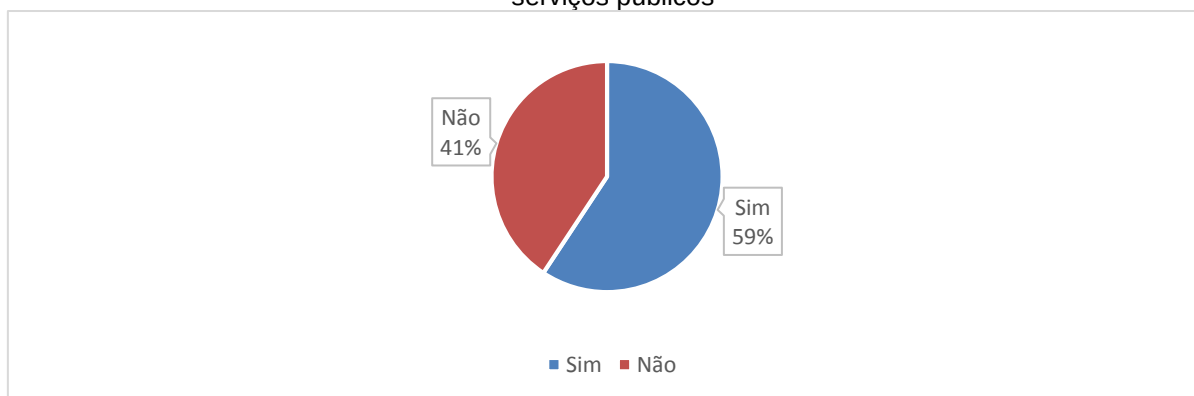
Finalidade/ Motivos	Qtd. de respostas a questão	Qtd. Total de Estudantes Pesquisados	%
Busca de informações;	22	86	25,58
Membro de colegiado ou representante da Sociedade Civil;	4	86	4,66
Por algum convite, sendo a 1º vez;	4	86	4,66
Por interesse espontâneo de acompanhar e/ou opinar sobre o tema abordado;	9	86	10,47
Acompanhar o andamento de políticas públicas: ex. bolsa família.	4	86	4,66
Acompanhar o andamento ou resultados de licitações;	5	86	5,81
Manter atualizado para o exercício profissional;	7	86	8,14
Devido à realização de trabalhos e/ou estudos acadêmicos;	7	86	8,14
Devido à participação em processo eleitoral;	19	86	22,09
Outro(s), especificar	4	86	4,66

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 16, observa-se mais uma vez o desinteresse dos estudantes por temas ligados às políticas públicas. Houve um considerável percentual para busca de informações, que neste caso, remetia a dados diversos e gerais.

3.5.8 Pergunta 8: Sobre controle social: já procurou acompanhar e saber quanto custou alguma obra pública ou evento público, ou prestação de serviço público, ou o destino de algum recurso orçamentário?

Gráfico 1 – Acompanhamento dos gastos com obras públicas, eventos públicos, prestações de serviços públicos



Fonte: Dados da pesquisa

A pergunta 8, propõe saber se os discentes têm interesse pelo acompanhamento dos gastos públicos, no gráfico 1, verifica-se que quase 60% dos entrevistados já procurou saber qual aplicação foi dada a algum recurso público, seja em obras, eventos. Uma outra parte bem considerável respondera não acompanhar com um percentual de 41%. Numa visão geral,

Tabela 17 – Frequência de acompanhamento dos gastos públicos com obras, eventos e prestações de serviços

Frequência	Qtd. Respostas	Qtd. Estudantes Pesquisados	%
Acima de 6 vezes;	11	86	12,79
5 vezes;	1	86	1,16
4 vezes;	6	86	6,98
3 vezes;	12	86	13,95
2 vezes;	12	86	13,95
1 vez.	9	86	10,47

Fonte: Dados da pesquisa

Da tabela 17, compõe-se das frequências do acompanhamento dos gastos públicos, nota-se, uma distribuição quase uniforme para os itens de 1 vez a 3 vezes.

Tabela 18 – Finalidade/ motivação do acompanhamento dos gastos públicos com obras, eventos e prestações de serviços

Finalidade/ motivação	Qtd. Respostas	Qtd. Estudantes Pesquisados	%
Por interesse espontâneo;	32	86	37,21
Por conta do exercício profissional;	13	86	15,12
Devido à realização de trabalhos e/ou estudos acadêmicos;	11	86	12,79
Devido ter consciência da importância;	11	86	12,79
Não sei definir;	5	86	5,81
Outro(s)	1	86	1,16

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 18, observa-se as motivações do acompanhamento dos gastos públicos, percebe-se, que grande parte dos estudantes possuem um interesse espontâneo em acompanhar.

3.5.9 Pergunta 9: Pensando nos conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida, como exemplo: os adquiridos no Ensino Médio, Graduação ou algum outro curso de aprimoramento/ especialização etc. Como você considera o seu preparo para exercer o papel de cidadão atuante no controle social do orçamento e/ou gastos públicos?

Gráfico 2 – Capacidade/preparação para atuação no controle social do orçamento e gastos públicos



Fonte: Dados da pesquisa

Este tópico do trabalho, indaga os estudantes, baseado nos conhecimentos adquiridos por estes, pergunta-se como consideram sua preparação para atuar no controle social do orçamento e gastos públicos. Dos estudantes que disseram estar preparados foram 50% dos pesquisados; outros 31% consideram-se despreparados; 6% consideram-se totalmente despreparados e 13% não souberam responder.

3.5.10 Pergunta 10: Com base nas respostas das perguntas anteriores, você se considera?

Gráfico 3 – Você se considera atuante no controle social do orçamento e gastos públicos



Fonte: Dados da pesquisa

Um ponto chave da pesquisa é sobre a atuação dos estudantes no controle social, na pergunta 10, questionou-se como tais se consideram: participantes ou não do controle social no orçamento e gastos públicos. Conforme gráfico 3, dos acadêmicos que responderam 73% disseram não atuantes no controle social do orçamento e gastos públicos; 12% apenas informaram ter atuação e 15% não souberam responder. Acredita-se que este resultado, tem alguma relação com as aspirações dos estudantes em prol do controle social, pois, ao longo dos resultados da pesquisa, percebeu-se uma motivação fragilizada pela atuação no controle, e quando se dá, utiliza-se os canais disponíveis, como os sites da transparência, para verificações fora do contexto de análise das políticas públicas. Portanto, tem-se que os estudantes por não ter uma efetividade no monitoramento destes investimentos e políticas públicas, os mesmos, autodeclaram não atuantes no controle social do orçamentos e gastos públicos.

Tabela 19 – Fatores de influência negativa na motivação de participação no controle social do orçamento e gastos públicos

Fatores que contribuem para a não participação do controle social do orçamento e gastos públicos			
Fatores/ Motivos	Qtd. de respostas a questão	Qtd. Total de Estudantes Pesquisados	%
Pouco ou nenhum conhecimento sobre orçamento e gastos públicos;	22	86	25,58
Pouco ou nenhum conhecimento sobre controle social;	12	86	13,95
Pouco ou nenhum conhecimento dos canais de acesso ao exercício do controle social sobre orçamento e/ou gastos públicos;	6	86	6,97
Devido não trabalhar na área que envolve orçamento e/ou gastos públicos;	17	86	19,77
Devido não ter consciência plena da importância do controle social para a sociedade em geral e para a minha vida;	2	86	2,33
Devido não ter participação crítica em relação às atividades políticas dos governantes: Municipal, Estadual, Federal.	13	86	15,12
Devido ter pouco ou nenhum conhecimento em informática;	0	86	0
Devido ter pouco ou nenhum acesso à internet;	1	86	1,16
Devido eu desacreditar na situação política e da administração pública do meu Município, Estado, ou País;	17	86	19,77
Devido associar as atividades sobre orçamento e/ou gastos públicos à politicagem e/ou corrupção, ineficiência do estado etc	10	86	11,63
Outro(s), especificar	9	86	10,47

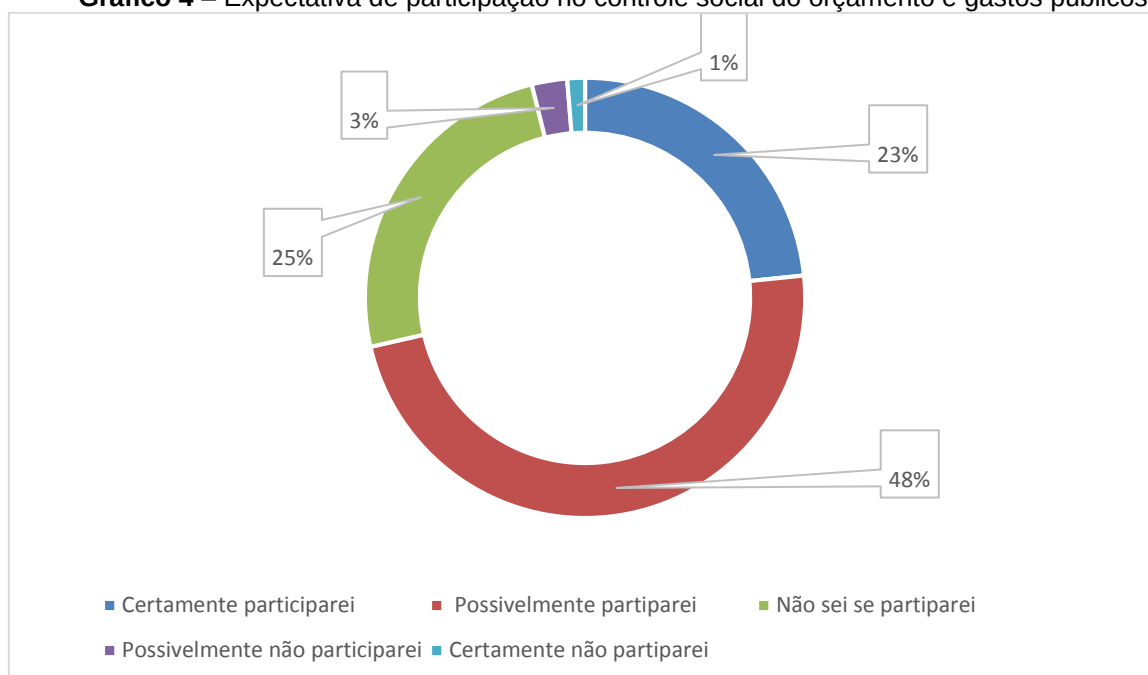
Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 19, sintetiza os fatores de influência negativa na motivação dos estudantes em participar do controle social do orçamento e gastos públicos, o item que os discentes observaram que mais entravam à atuação no controle é o pouco conhecimento do orçamento e gastos públicos com que 25,58%. Outros tópicos mais indicados que nutre a abstenção em participar do controle está no descrédito

na situação política e da administração pública Municipal, Estadual ou do País com 19,77% de estudantes a afirmar este item; 15,12% consideram ser devido não ter participação crítica em relação às atividades políticas dos governantes: Municipal, Estadual, Federal; 13,95% indicaram ser devido ter pouco ou nenhum conhecimento sobre controle social.

3.5.11 Pergunta 11: Caso tenha respondido que não é atuante no controle social do orçamento e gastos públicos, qual a chance de você participar ativamente no controle social do orçamento e/ou gastos públicos?

Gráfico 4 – Expectativa de participação no controle social do orçamento e gastos públicos



Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 4, aborda a intenção de participação no controle social do orçamento e gastos públicos, 48% afirmaram que possivelmente participará; dos que estão certos em participar foram 23%; dos pesquisados 25% não sabem se participarão; outros 3% possivelmente não participarão e 1% declararam que certamente não participarão. O somatório dos que não souberam e os que não tem intensão em participar do controle social foram 29%, um dado de quase 1/3 dos pesquisados.

3.5.12 Pergunta 12: Caso tenha respondido que certamente participará ou possivelmente participará, com relação a sua situação atual, quais das atitudes abaixo você teria que tomar para poder participar definitivamente no controle social do orçamento e gastos públicos?

Tabela 20 – Atitudes necessárias para efetivar o controle social do orçamento e gastos públicos

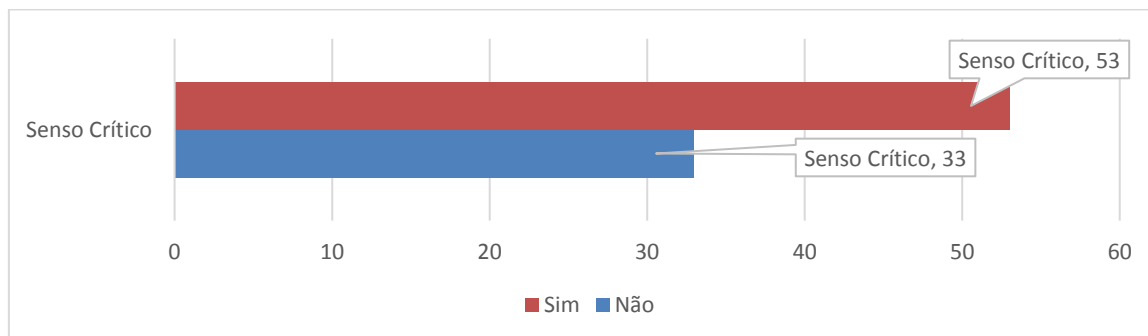
Ação/ atitude	Qtd. Respostas	Qtd. Estudantes Pesquisados	%
Aprofundar os conhecimentos sobre orçamento e/ou gastos públicos;	42	86	48,84
Mudar a concepção de associação do orçamento público e/ou gastos públicos com corrupção, fraudes, ineficiência do Estado;	13	86	15,12
Mudar a concepção de que participar do controle social do orçamento e gastos públicos não resultaria em nada	14	86	16,28
Ter acesso à internet;	1	86	1,16
Ter conhecimentos em informática;	0	86	0
Não sei responder.	17	86	19,77

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 20, reafirma algumas informações que foram obtidas também na tabela 16, o item aprofundar os conhecimentos sobre orçamento e gastos públicos obtiveram um percentual de 48,84%; a mudança de concepção de que a participação no controle do orçamento e gastos não resulta em nada obteve um percentual de 16,28% de respostas; e 15,12% informaram que a mudança de concepção de associação do orçamento público e/ou gastos públicos com corrupção, fraudes, ineficiência do Estado seria o caso para uma atitude em prol da efetivação do controle social; por último 19,77% não souberam responder.

3.5.13 Pergunta 26: Você se considera crítico com relação às atividades públicas de gestão dos governantes públicos?

Gráfico 5 – Quantidade de alunos com senso crítico em relação as atividades públicas de gestão dos governantes públicos

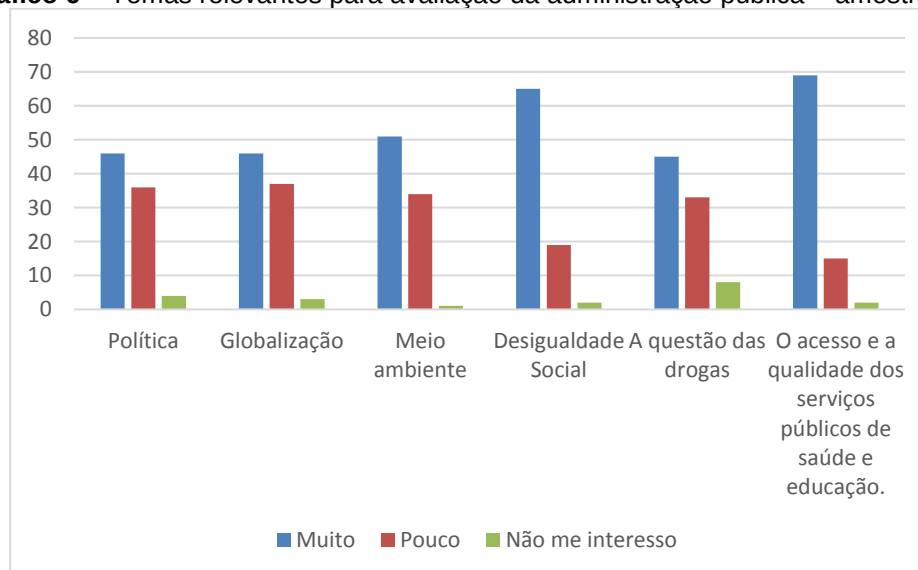


Fonte: Dados da pesquisa

O resultado do gráfico 5 responde à pergunta 26 do questionário, pergunta-se sobre o senso crítico em relação as atividades públicas de gestão dos governantes. Este tópico aborda uma das hipóteses elencadas no trabalho de que os estudantes possuíam senso crítico nas atividades públicas, tal hipótese foi confirmada, uma vez que 61,63% responderam ser críticos. Já 38,37% não consideram críticos na avaliação dos atos de gestão pública, um percentual bastante considerável de quase 40% do total dos pesquisados.

3.5.14 Pergunta 27: O quanto você se interessa pelos assuntos abaixo?

Gráfico 6 – Temas relevantes para avaliação da administração pública – amostra %



Fonte: Dados da pesquisa

Ao final do questionário aplicado, foi exposto aos estudantes sobre temas gerais que de alguma maneira estão vinculados ao andamento da administração e políticas públicas, como resultado obteve-se os dados do gráfico 18, neste, verifica-se que sobre a perspectiva do assunto política 53,49% disseram ter muito interesse; já 41,86% afirmaram ter pouco interesse pelo tema e 4,65% disseram não ter nenhum interesse. Com relação ao assunto globalização houveram 53,49% de respostas indicando muito interesse pelo tema; 43,02% demonstrando pouco interesse e 3,49% revelaram não ter interesse algum. Referente ao aspecto do assunto meio ambiente 59,30% disseram ter muito interesse pelo tema; já 39,53% informaram ter pouco interesse e 1,16% considerou não se interessar. A percepção e interesse pelo tema desigualdade social foi assim constatada: 75,58% dos estudantes se interessam muito pelo assunto; 22,09% marcaram ter pouco interesse e 2,33% disseram não ter interesse algum. Quando o tópico abordou o assunto drogas, 52,33% disseram ter muito interesse pelo tema; já 38,37% informaram ter pouco interesse e 9,30% não se interessam. Por último, esteve presente a abordagem com relação ao acesso e a qualidade dos serviços públicos de educação e saúde, o percentual de muito interesse foi de 80,23%; em contrapartida 17,44% opinaram ter pouco interesse e 2,33% disseram não ter interesse algum.

Percebe-se que dos que declararam não ter interesse por algum dos temas são dos primeiros períodos, para política, estudantes do 2º e 3º períodos disseram não ter interesse; para o assunto globalização houve uma falta de interesse dos alunos do 2º e 5º períodos; já em relação ao tema meio ambiente houve um desinteresse de estudante do 2º período; o item desigualdade social também ocorreu falta de interesse de estudantes do 2º período; a questão das drogas o desinteresse pelo assunto partiu de discentes dos períodos: 1º, 2º, 3º e 5º; e no último assunto abordado constatou-se um desinteresse por estudantes do 1º e 2º períodos.

4 Considerações Finais

O propósito deste trabalho foi analisar as formas de exercício do controle social no orçamento e gastos públicos por estudantes do CST em Gestão Pública do IFTO campus Palmas. Objetivou constatar quais recursos são utilizados pelos acadêmicos, bem como, os fatores de motivação, de maneira a avaliar o grau de participação no controle da administração pública.

A partir dos objetivos da pesquisa, buscou-se contextualizar os assuntos tratados no referencial teórico, os mesmos, proporcionaram uma visualização concisa do caminho da pesquisa, definiu-se as linhas gerais do conhecimento que contornariam os objetivos geral e específicos.

Pode-se afirmar que os objetivos foram alcançados, pois, com base nos resultados obtidos, o trabalho conseguiu uma visão clara de respostas das indagações. Nesta finalidade, constatou-se que a maioria dos estudantes fazem um controle do orçamento e gastos públicos de forma superficial, e não procura assuntos relacionados a gastos e receitas com foco em investimentos públicos, como, construções de escolas e hospitais. De modo geral, um dos fatores que motivam os discentes à participação no controle social são assuntos relacionados a salários/ remuneração de servidores. Com referência aos canais de controle mais utilizados, observou-se pouca preferência por órgãos auxiliares de controle, como os Tribunais de Contas, e de mesmo modo, menos da metade dos pesquisados usam canais oficiais para o exercício do controle social da administração pública.

Para as hipóteses da pesquisa, propôs-se concatenar com os objetivos, na tentativa de canalizar informações para os resultados do trabalho.

Nessa perspectiva, para na primeira hipótese definiu-se que os estudantes, de maneira geral, exerciam o controle social do orçamento e gastos públicos, por outro lado, constatou-se refutada esta suposição, pois, a maioria declarou não atuante. A segunda hipótese negada, foi que os estudantes exerciam o controle social do orçamento e gastos públicos municipal devido à proximidade da atuação de tal esfera de poder, pelo qual, verificou-se que tal controle municipal se deu em segundo plano. Para terceira hipótese, negada parcialmente, foi que os estudantes que faziam o controle eram dos últimos períodos, notou-se uma divisão

significativa dentre os que declararam atuar que compreendeu o 2º e 5º períodos. Já para a constatação de que os estudantes dos últimos semestres possuem mais conhecimento do orçamento e gastos públicos, houve confirmação, com base nas análises feitas.

Com relação as hipóteses seguintes, foram todas confirmadas: estudantes que tem mais facilidade no acesso as informações públicas; com conhecimento em informática; críticos em relação as atividades dos governantes públicos; estudantes que trabalham a maioria na administração pública; com relativo conhecimento sobre orçamento e gastos públicos.

Uma evidência não analisada neste trabalho, foi que não há efetividade no controle de políticas públicas pelos discentes do curso, para tanto, seria uma nova questão a se verificar.

Em que pese a importância dos assuntos controle social, orçamento e gastos públicos a reflexão dos temas abordados coaduna em novas indagações que poderão ser objeto de estudos futuros, como: qual a correlação que há entre o grau de conhecimento do orçamento e gastos públicos com a participação no controle social da administração pública? Outro levantamento seria, a transparência na administração pública relacionada ao orçamento e gastos em prol das políticas públicas realmente estão claras e fáceis de interpretação para o cidadão, e caso não, seria esse o motivo para o pouco envolvimento no controle social?

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 19. ed. rev. e atual; - Rio de Janeiro: Método, 2011.
- CARRANZA, Giovanna. **Administração Geral e Pública**. 2. ed.; - Salvador: Juspodivm, 2014.
- CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 2. ed. rev. atual. e ampl.; - Salvador: Juspodivm, 2015.
- FERREIRA, Marlos Vargas. **Finanças públicas para concursos**. 1. ed. 4. reimpressão; - Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FIGUEIREDO, Carlos Maurício; NÓBREGA, Marcos. **Administração Pública: direitos administrativo, financeiro e gestão pública: práticas, inovações e polêmicas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- FURTADO, Fábio. **Administração financeira e orçamentária para concursos**. 1. ed.; - Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2008.
- KAUARK, Fabiana; MANHAES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 5. ed. rev. e ampl.; - São Paulo: Atlas, 2000.
- MOREIRA, Elisabete de Abreu e Lima. **Administração Geral e Pública**. 1. ed.; - Salvador: Juspodivm, 2016.
- NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. **Curso de Direito Administrativo**. 16. ed. rev. e atual; - Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- PALUDO, Augustinho Vicente. **Orçamento Público e Administração Financeira e Orçamentária e LRF**. 4. ed.; - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública**. 4. ed.; Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.
- PISCITELLI, Tathiane. **Direito Financeiro Esquematizado**. 4. ed. rev. atual. e ampl.; - Rio de Janeiro: Método, 2014.
- SAMARA, Beatriz Santos & BARROS, José Carlos de. **Pesquisa de Marketing: conceitos e metodologia**. 4. ed.; - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos do Direito Público**. 4. ed. rev. atual. e aum.; - São Paulo: Malheiros 2009.

AMORIM, P. K. D. F. **Democracia e Internet: a transparência de gestão nos portais eletrônicos das capitais brasileiras**. 2012. 347 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, Salvador, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7157/1/PaulaKariniDiasFerreira.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

Assembleia Legislativa do Tocantins. Descrição dos canais de acesso ao Controle Social, Orçamento Público. Palmas, 2016. Disponível em: <<http://www.al.to.gov.br/transparencia>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 05 out. 1988. 191-A, p. 1. Disponível em: Acesso em: 02 nov. 2015.

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 05 maio. 2000. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 07 fev. 2016.

Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. Descrição Controle Social e Forma de navegação. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

Congresso Nacional – Senado Federal. Descrição dos canais de acesso ao Controle Social Orçamento Público. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/orcamento>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

CGU - Controladoria Geral da União. Descrição da Página CGU – Formas de acesso ao Controle Social. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/controle-social>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

CGU - Controladoria Geral da União, Governo Federal. Sobre o Portal da Transparência. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sobre/>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

G1 São Paulo, Enem 2015 terá detector de metais em todos os banheiros de escolas. **G1 Online**, São Paulo, 16 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/enem-2015-tera-detector-de-metais-em-todos-os-banheiros-de-escolas.html>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

Governo Federal. Sobre o portal dados.gov.br. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://dados.gov.br/faq/#q1>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010 - Sobre o perfil socioeconômico dos cidadãos de Palmas – TO. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=172100&idtema=16&se arch=tocantins|palmas|sinthese-das-informacoes->>. Acesso em: 21 ago. 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sobre o perfil socioeconômico dos cidadãos de Palmas – TO. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=172100&idtema=16&se arch=tocantins|palmas|sinthese-das-informacoes->>. Acesso em: 21 ago. 2016.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. História do IFTO Campus Palmas. Palmas, 2016. Disponível em: <<https://palmas.ifto.edu.br/index.php/sobre>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Descrição do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Tocantins - Campus Palmas. Palmas, 2016. Disponível em: <<https://palmas.ifto.edu.br/index.php/component/content/article?id=222>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Tocantins - Campus Palmas. Palmas, 2016. Disponível em: <<https://palmas.ifto.edu.br/index.php/component/content/article?id=222>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Governo Federal. Descrição do Portal de Compras do Governo Federal. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

Ministério Público Estadual do Tocantins. Portal da Internet. Palmas, 2016. Disponível em: <<https://www.mpto.mp.br/web/portal/#page>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

Ministério Público Federal. Link de acesso ouvidoria. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/ouvidoria>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

Questionário Socioeconômico Enem 2009. Uol online. Disponível em: <http://download.uol.com.br/educacao/enem2009/quest_socioec_enem2009.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

Secretaria de Direitos Humanos – SEJU – Departamento de Direitos Humanos e Cidadania DEDIHC. Conceitos de Cidadão e Cidadania. Paraná, 2016. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

Tribunal de Contas da União. Descrição da Página TCU - aba Cidadão. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE/TO. Descrição da Página TCE/TO – Formas de acesso ao Controle Social. Palmas, 2016. Disponível em: <<http://www.tce.to.gov.br/portalcidadao/>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

Tribunal Superior Eleitoral. Conceitos de Cidadão e Cidadania. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-c/cidadao>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

Tribunal Superior Eleitoral. Conceitos de Cidadão e Cidadania. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-c/cidadao>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

VERDÉLIO, Andréia. Polícia Federal faz cruzamentos de dados para evitar fraudes no Enem. **EBC Agência Brasil Online**, Brasília, 16 out. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-10/policia-federal-faz-cruzamento-de-dados-para-evitar-fraudes-no-enem>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

APÊNDICE A – Questionário usado na coleta de dados socioeconômicos dos cidadãos.

Todos os dados obtidos deste questionário serão confidenciais.

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO - (Com adaptações do questionário ENEM 2009).

As perguntas do questionário englobarão três eixos:

- 1) Conhecer seus dados socioeconômicos e profissionais.**
- 2) Conhecer a sua avaliação e conhecimento sobre a administração pública em relação ao orçamento e gastos públicos.**
- 3) Saber se você tem participação no controle social da administração pública em relação ao orçamento e gastos públicos.**

Portanto, leia com atenção todas as informações do Questionário antes de responder às questões.

Agradecemos sua valiosa contribuição!

1. Dentre os temas abaixo marque aquele (a) que você considera ter entendimento?

- (A) Orçamento Público
- (B) Receitas Públicas
- (C) Despesas Públicas (de forma geral: Gastos Públicos)
- (D) Controle Social
- (E) Não sei de nenhum

2. Sobre orçamento público: das siglas abaixo, você sabe dizer a que se referem?

- (A) PPA (Não) (Sim) _____
- (B) LDO (Não) (Sim) _____
- (C) LOA (Não) (Sim) _____
- (D) Não sei de nenhuma

3. Sobre gastos públicos: sabe dizer para que serve um processo licitatório na administração pública?

- (Sim) _____
- (Não)

4. Sobre os gastos públicos da Prefeitura Municipal de Palmas em relação às áreas a seguir, você avalia:

4.1) Saúde;

- () Positivamente, pois percebo efetivo uso dos recursos públicos nesta área.
- () Negativamente, pois não percebo efetivo uso dos recursos públicos nesta área.
- () Neutro, não possuo opinião formada sobre o uso dos recursos públicos nesta área.

4.2) Segurança;

- () Positivamente, pois percebo efetivo uso dos recursos públicos nesta área.
 () Negativamente, pois não percebo efetivo uso dos recursos públicos nesta área.
 () Neutro, não possuo opinião formada sobre o uso dos recursos públicos nesta área.

4.3) Educação;

- () Positivamente, pois percebo efetivo uso dos recursos públicos nesta área.
 () Negativamente, pois não percebo efetivo uso dos recursos públicos nesta área.
 () Neutro, não possuo opinião formada sobre o uso dos recursos públicos nesta área.

5. Sobre controle social; já acessou algum site dos seguintes órgãos ou entidades políticas:

- (A) Portal da Transparência - () Municipal, () Estadual, () Federal;
 (B) Diário oficial on line - () Municipal, () Estadual, () Federal;
 (C) Tribunal de Contas – () União, () Estadual;
 (D) Portal de Compras (Ex. Comprasnet);
 (E) Portal do Senado;
 (F) Portal da câmara dos deputados;
 (G) Portal da Assembleia Legislativa;
 (H) Portal da Câmara de Vereadores.

Caso respondido que já acessou, com que frequência?

- () 1 vez por semana;
 () 2 vezes por mês;
 () 1 vez a cada dois meses;
 () 1 vez a cada quatro meses;
 () 2 vezes por ano;
 () Há mais de um ano.

Com qual finalidade/motivação?

- (A) Buscar informações sobre gastos com salários/ remuneração etc.;
 (B) Buscar informações sobre investimentos: ex. construção de hospitais, escolas, rodovias etc.;
 (C) Buscar informações sobre gastos com diárias e/ou passagens de agentes públicos;
 (D) Acompanhar movimentação de quadro de servidores, empregados públicos etc;
 (E) Acompanhar o andamento de políticas públicas: ex. bolsa família etc;
 (F) Acompanhar o andamento ou resultados de licitações;
 (F) Manter atualizado para o exercício profissional;
 (F) Devido à realização de trabalhos /ou estudos acadêmicos;
 (G) Outro(s), especificar: _____

Qual (is) assunto (s) pesquisado(s) nos portais/sites:

6. Sobre controle social; já acessou algum site de uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ou outra entidade não governamental, tais como:

- (A) contasabertas.com.br;
- (B) transparência.org;
- (C) Observatório Social;
- (D) alfabrasil.org.br;
- (E) socialiris.org;
- (F) inesc.org.br;
- (G) br.okfn.org;
- (H) Outros, especificar: _____

Caso respondido que já acessou, com que frequência?

- () 1 vez por semana;
- () 2 vezes por mês;
- () 1 vez a cada dois meses;
- () 1 vez a cada quatro meses;
- () 2 vezes por ano;
- () Há mais de um ano.

Com qual finalidade/motivação?

- (A) Buscar informações sobre gastos com salários/ remuneração etc.;
- (B) Buscar informações sobre investimentos: ex. construção de hospitais, escolas, rodovias etc.;
- (C) Buscar informações sobre gastos com diárias e/ou passagens de agentes públicos;
- (D) Acompanhar movimentação de quadro de servidores, empregados públicos etc;
- (E) Acompanhar o andamento de políticas públicas: ex. bolsa família etc;
- (F) Acompanhar o andamento ou resultados de licitações;
- (F) Manter atualizado para o exercício profissional;
- (F) Devido à realização de trabalhos /ou estudos acadêmicos;
- (G) Outro(s), especificar: _____

Qual (is) assunto (s) pesquisado(s) nos portais/sites:

7. Sobre controle social; já participou nos últimos quatro anos, de algum dos eventos abaixo?

- (A) Orçamento Público Participativo;
- (B) Audiências Públicas;
- (C) Conselhos Municipais;
- (D) Debates sobre a elaboração do Plano Plurianual – PPA;
- (E) Fases/processo de uma licitação;
- (E) Eleições em qualquer esfera;
- (F) Nunca;
- (G) Outro(s), especificar: _____

Caso respondido que já participou: com que frequência?

- () Acima de 6 vezes;
- () 5 vezes;
- () 4 vezes;
- () 3 vezes;
- () 2 vezes;
- () 1 vez;

Com qual finalidade/motivação?

- (A) Busca de informações;
- (B) Membro de colegiado ou representante da Sociedade Civil;
- (C) Por algum convite, sendo a 1º vez;
- (D) Por interesse espontâneo de acompanhar e/ou opinar sobre o tema abordado;
- (E) Acompanhar o andamento de políticas públicas: ex. bolsa família etc;
- (F) Acompanhar o andamento ou resultados de licitações;
- (G) Manter atualizado para o exercício profissional;
- (H) Devido à realização de trabalhos e/ou estudos acadêmicos;
- (I) Devido à participação em processo eleitoral;
- (J) Outro(s), especificar: _____

Qual (is) assunto (s) debatido(s):

8. Sobre controle social: já procurou acompanhar e saber quanto custou alguma obra pública ou evento público, ou prestação de serviço público, ou o destino de algum recurso orçamentário etc.?

- (A) Sim
- (B) Não

Caso respondido que já acompanhou ou procurou saber, com qual frequência?

- () Acima de 6 vezes;
- () 5 vezes;
- () 4 vezes;
- () 3 vezes;
- () 2 vezes;
- () 1 vez;

Com qual finalidade/motivação?

- (A) Por interesse espontâneo em acompanhar as atividades públicas;
- (B) Devido acompanhar por conta do exercício profissional;
- (C) Devido à realização de trabalhos e/ou estudos acadêmicos;
- (D) Devido ter consciência da importância do acompanhamento, como cidadão, das ações da administração pública;
- (F) Não sei definir;
- (G) Outro(s) _____

Qual (is) do(s) item (ns) você já acompanhou:

9. Pensando nos conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida, como exemplo: os adquiridos no Ensino Médio, Graduação ou algum outro curso de aprimoramento/ especialização etc. Como você considera o seu preparo para exercer o papel de cidadão atuante no controle social do orçamento e/ou gastos públicos? (E09 – Com adaptações)

- (A) Eu me considero preparado(a) para acompanhar o orçamento e/ou gastos públicos.
- (B) Apesar de ter frequentado uma boa escola, ou ter frequentado uma boa faculdade, ou um bom curso, eu me considero despreparado(a), pois não aprendi o suficiente para conseguir uma boa participação no controle social do orçamento e/ou gastos públicos.
- (C) Eu me considero despreparado(a) totalmente devido não ter conseguido nenhum conhecimento sobre orçamento e/ou gastos públicos.
- (D) Não sei.

10. Com base nas respostas das perguntas anteriores, você se considera:

- (A) Uma pessoa atuante no controle social do orçamento público e/ou gastos públicos
- (B) Uma pessoa não atuante no controle social do orçamento e/ou gastos públicos.
- (C) Não sei responder

Caso respondido **não atuante** no controle social do orçamento e gastos públicos:

Dentre os fatores abaixo, quais deles influenciaram na falta de motivação no controle social sobre orçamento e/ou gastos públicos.

- 1) Pouco ou nenhum conhecimento sobre orçamento e gastos públicos;
- 2) Pouco ou nenhum conhecimento sobre controle social;
- 3) Pouco ou nenhum conhecimento dos canais de acesso ao exercício do controle social sobre orçamento e/ou gastos públicos;
- 4) Devido não trabalhar na área que envolve orçamento e/ou gastos públicos;
- 5) Devido não ter consciência plena da importância do controle social para a sociedade em geral e para a minha vida;
- 6) Devido não ter participação crítica em relação às atividades políticas dos governantes: Municipal, Estadual, Federal.
- 7) Devido ter pouco ou nenhum conhecimento em informática;
- 8) Devido ter pouco ou nenhum acesso à internet;
- 9) Devido eu desacreditar na situação política e da administração pública do meu Município, Estado, ou País;
- 10) Devido associar as atividades sobre orçamento e/ou gastos públicos à politicagem e/ou corrupção, ineficiência do estado etc.

11. Caso tenha respondido que NÃO é atuante no controle social do orçamento e gastos públicos, qual a chance de você participar ativamente no controle social do orçamento e/ou gastos públicos?

- ☐ Certamente participarei
- ☐ Possivelmente participarei
- ☐ Não sei se participarei
- ☐ Possivelmente não participarei
- ☐ Certamente não participarei

12. Caso tenha respondido que Certamente participará ou Possivelmente participará, com relação a sua situação atual, quais das atitudes abaixo você teria que tomar para poder participar definitivamente no controle social do orçamento e gastos públicos?

- ☐ Aprofundar os conhecimentos sobre orçamento e/ou gastos públicos;
- ☐ Mudar a concepção de associação do orçamento público e/ou gastos públicos com corrupção, fraudes, ineficiência do Estado;
- ☐ Mudar a concepção de que participar do controle social dos mesmos não resultaria em nada;
- ☐ Ter acesso à internet;
- ☐ Ter conhecimentos em informática;
- ☐ Não sei responder.

SOBRE VOCÊ E A FAMÍLIA (Perguntas ENEM 2009 – com adaptações)

13. Naturalidade? _____

14. Qual o seu sexo?

- (A) Feminino.
- (B) Masculino.

15. Qual a sua idade?

- (A) Menos de 16 anos.
- (B) Entre 16 e 18 anos.
- (C) 18 anos.
- (D) Entre 19 e 25 anos (inclusive).
- (E) Entre 26 e 33 anos (inclusive).
- (F) Entre 34 e 41 anos (inclusive).
- (G) Entre 42 e 50 anos (inclusive).
- (H) 51 anos ou mais

16. Como você se considera:

- (A) Branco(a).
- (B) Pardo(a).
- (C) Preto(a).
- (D) Amarelo(a).
- (E) Indígena.

17. Qual a sua religião?

- (A) Católica.
- (B) Protestante ou Evangélica.
- (C) Espírita.
- (D) Umbanda ou Candomblé.
- (E) Outra.
- (F) Sem religião.

18. Qual seu estado civil?

- (A) Solteiro(a).
- (B) Casado(a) / mora com um(a) companheiro(a).
- (C) Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a).
- (D) Viúvo(a).

19. Onde você mora atualmente?

- (A) Em casa ou apartamento próprio
- (B) Em casa ou apartamento alugado
- (C) Em quarto ou cômodo alugado
- (D) Em habitação coletiva: hotel, hospedaria, quartel, pensionato, república etc.
- (E) Outra situação. _____

20. Onde fica sua residência?

- (A) Na cidade de Palmas – TO.

Em qual região? () Centro () Plano Diretor Norte () Plano Diretor Sul () Zona Rural

Em outra cidade do(e): qual? _____

21. Quantos(as) filhos(as) você tem?

- (A) Um(a).
- (B) Dois(duas).
- (C) Três.
- (D) Quatro ou mais.
- (E) Não tenho filhos(as).

VOCÊ E O TRABALHO**22. Você trabalha, ou já trabalhou, ganhando algum salário ou rendimento?**

- (A) Trabalho, estou empregado com carteira de trabalho assinada.
- (B) Trabalho no serviço público: sou servidor público ou empregado público: () Municipal () Estadual () Federal
- (C) Trabalho, mas não tenho carteira de trabalho assinada.
- (D) Trabalho por conta própria, não tenho carteira de trabalho assinada.
- (E) Já trabalhei, mas não estou trabalhando.
- (F) Nunca trabalhei. **(Passe para a pergunta 29)**
- (G) Nunca trabalhei, mas estou procurando trabalho. **(Passe para a pergunta 29)**
- (H) Outro(s), qual(is)? _____.

VOCÊ E OS ESTUDOS

23. Em que tipo de escola você cursou o ensino fundamental?

- (A) Somente em escola pública.
 (B) Parte em escola pública e parte em escola particular.
 (C) Somente em escola particular.
 (D) Somente em escola indígena ou em escola situada em comunidade quilombola.
 (E) Parte na escola indígena e parte em escola não-indígena.
 (F) Parte em escola situada em comunidade quilombola e parte em escola fora de área quilombola.
 (G) Não frequentei a escola.
 (E) Outra _____

24. Em que tipo de escola você cursou ou está cursando o ensino médio?

- (A) Somente em escola pública.
 (B) Maior parte em escola pública.
 (C) Somente em escola particular.
 (D) Maior parte em escola particular.
 (E) Somente em escola indígena.
 (F) Maior parte em escola não-indígena.
 (G) Somente em escola situada em comunidade quilombola.
 (H) Maior parte em escola não situada em comunidade quilombola.
 (I) Outra _____

25. Em qual semestre você está cursando?

- () 1º Semestre; () 2º Semestre; () 3º Semestre; () 4º Semestre; () 5º Semestre;
 () 6º Semestre; () Somente elaboração do TCC.

Para as próximas perguntas, queremos conhecer seus valores e posicionamentos sobre alguns pontos. Por favor, leia com atenção!

26. Você se considera crítico com relação às atividades públicas de gestão dos governantes públicos?

- (A) Sim.
 (B) Não.

27. O quanto você se interessa pelos assuntos abaixo?

		Muito	Pouco	Não me interessa
1	Política.	(A)	(B)	(C)
2	Globalização.	(A)	(B)	(C)
3	Meio ambiente, poluição etc.	(A)	(B)	(C)
4	Desigualdade social, pobreza, desemprego, miséria.	(A)	(B)	(C)
5	A questão das drogas.	(A)	(B)	(C)
6	O acesso e a qualidade dos serviços públicos de saúde e educação.	(A)	(B)	(C)

ANEXO A – Matriz curricular do CST em Gestão Pública.

1º PERÍODO		
Componente curricular	Créditos	C/H
Teoria Geral da Gestão Pública	04	60
História da Gestão Pública	02	30
Planejamento Governamental	04	60
Sociologia Política	04	60
Metodologia Científica	02	30
Informática Aplicada	04	60
TOTAL PARCIAL	20	300
2º PERÍODO		
Componente curricular	Créditos	C/H
Estatística Básica	04	60
Empreendedorismo Aplicado ao Setor Público	04	60
Tecnologia da Informação Aplicada à Gestão Pública	04	60
Estado Política e Governo	04	60
Auditoria Pública	04	60
TOTAL PARCIAL	40	600
3º PERÍODO		
Componente curricular	Créditos	C/H
Gestão Ambiental e Sustentável	02	30
Orçamento Público	04	60
Marketing Público e Político	02	30
Finanças Públicas	04	60
Elaboração e Gestão de Projetos Públicos	04	30
Legislação do Setor Público	02	60
TOTAL PARCIAL	60	900
4º PERÍODO		
Componente curricular	Créditos	C/H
Relações Públicas	02	30
Contabilidade Pública	04	60
Gestão Estratégica	04	60
Economia Solidária	02	30

Políticas Públicas	04	60
Legislação Tributária	04	60
TOTAL PARCIAL	80	1200
5º PERÍODO		
Componente curricular	Créditos	C/H
Gestão de Recursos Materiais	04	60
Gestão de Pessoas	04	60
Avaliação na Gestão Pública	04	60
Redação Oficial	04	60
Projeto de TCC	04	60
TOTAL PARCIAL	100	1500
6º PERÍODO		
Componente curricular	Créditos	C/H
Tópicos Especiais em Desenvolvimento Regional	04	60
Processo Decisório na Administração Pública	04	60
Ética na Gestão Pública	04	60
Projetos Sociais	04	60
TOTAL PARCIAL	116	1740
SUB-TOTAL	116	1740
Atividades Complementares (AC)		
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	08	120
TOTAL COM AC + TCC	04	60
Disciplina optativa		
Fundamentos de Libras	04	60.